



DADOS GERAIS EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-P PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2024– UC-P REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024			
I. REGÊNCIA LEGAL			
Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 09 de 17 de janeiro de 2024.			
II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR			
PREFEITURA DE CARUARU / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.			
III. PROCESSO LICITATÓRIO	IV. MODALIDADE		
Nº 031/2024	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024		
V. OBJETO			
CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE O REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: LATICÍNIOS , FRACASSADOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2024 UC/P – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024 UC/P – REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS – SDSDH, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NA LEI 14.133/2021.			
VI. MODO DE DISPUTA			
A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1,0% (UM POR CENTO).			
VII. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VIII. PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ARP		
MENOR PREÇO POR ITEM	12 MESES, CONTADO DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PLANO NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP		
IX. DOS LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO			
LOCAL DO PREGÃO	www.gov.br/compras/pt-br UASG:982381		
DATA LIMITE para recebimento das propostas	18/09/2024 às 10h00min (horário de Brasília - DF)		
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	18/09/2024 às 10h00min		
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA		
X. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:			
ANEXOS	I	Termo de Referência;	
	II	Modelo de Proposta de preços;	
	III	Modelo de Declarações;	
	IV	Minuta da Ata de Registro de Preços;	
	V	Minuta de Contrato.	



XI. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL	
Na sala da Unidade de Contratação, no endereço citado abaixo, no horário das 08h00min às 14h00min, ou por meio de solicitação através do e-mail: ucp.caruaru@gmail.com , na INTERNET, acessando o Portal da Transparência da PMC (https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/) ou ainda através da Plataforma de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).	
XII. DADOS PARA CONTATO	
Agente de Contratações/Pregoeiro: Hallana Mirelly Mendes Marinho.	E-mail: ucp.caruaru@gmail.com
Endereço: Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745.	Fone: (81) 9.8384-8453
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2024 – UC-P PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2024 – UC-P REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024	
SUMÁRIO	
ITEM	ASSUNTO
01.00	PREÂMBULO
02.00	OBJETO DA LICITAÇÃO
03.00	DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)
04.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.00	COMPONENTES DESTE EDITAL
06.00	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
07.00	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
08.00	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)
09.00	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
10.00	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11.00	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.00	DA NEGOCIAÇÃO
13.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14.00	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



15.00	DA AMOSTRA
16.00	DO SANEAMENTO DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO
17.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
19.00	A REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
20.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21.00	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22.00	DO CONTRATO
23.00	DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
24.00	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
25.00	DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
26.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
27.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
28.00	DO PAGAMENTO
29.00	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
30.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
31.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2024 – UC-P
REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de seu Exma. Sra. Secretária de Administração, através de seu **Agente de Contratação/Pregoeiro** da UC-P, designado através da Portaria GP Nº 0699/2024, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender à solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet).

1.2. A licitação observará o local e horários a seguir:

LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	
LOCAL DO PREGÃO	www.gov.br/compras/pt-br UASG:982381
DATA LIMITE para recebimento das propostas	18/09/2024 às 10h00min (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	18/09/2024 às 10h00min
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
OBSERVAÇÃO: ▪ Esta licitação <u>ESTÁ</u> reservada exclusivamente à participação de microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Empreendedor Individual (MEI).	

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeiro**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV** (www.gov.br/compras/pt-br).

1.5. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. Todas as referências de tempo previstas no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico o Registro de Preços para o fornecimento eventual de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: POLPAS E LATÍCIÑIOS**, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS e do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SDSDH, durante o período de 12 (doze) meses, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

2.2. As propostas deverão ser elaboradas considerando as descrições, quantitativos e valores máximos aceitáveis, observando-se o **VALOR TOTAL POR ITEM**, conforme disposto na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	VALOR TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	R\$ 34,02	1440	R\$ 49.988,80
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	R\$ 36,85	1200	R\$ 44.220,00

Distribuição dos itens por secretarias solicitantes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SMS	SDSDH	TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	440	1000	1440
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	400	800	1200

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4. Os quantitativos estimados por órgão/entidade participante encontram-se descritos no Termo de Referência (Anexo I) deste edital.



2.5. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2.6. Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades da administração municipal durante a vigência do registro de preços e/ou contrato(s), procedendo-se tal redistribuição por meio de aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda, não podendo o adjudicatário se negar a realizar o fornecimento nas quantidades especificadas no presente TR, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual.

2.7. Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, de acordo com as características de cada produto, atendendo ao disposto na legislação de alimentos e às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), bem como pelos demais órgãos fiscalizadores, para fins do controle de qualidade da alimentação.

2.8. Os produtos fornecidos deverão ser rotulados de acordo com as legislações vigentes, especialmente a Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS, Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS e Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002 da ANVISA/MS. No rótulo da embalagem primária e secundária deverão constar principalmente, de forma clara e indelével, as seguintes informações de identificação e origem do produto:

- a) Identificação do produto.
- b) Embalagem original e intacta.
- c) Data de fabricação.
- d) Data de validade.
- e) Peso líquido.
- f) Número do Lote.
- g) Nome do fabricante.
- h) Registro no órgão fiscalizador (Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., Serviço de Inspeção Estadual – S.I.E. ou Serviço de Inspeção Federal – S.I.F.) quando couber.

2.9. O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

2.10. Após a adjudicação, nenhum dos produtos oferecidos, poderá ser substituído por outros de outras marcas, salvo por produtos de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pelo Município de Caruaru, também de forma expressa.

2.11. A licitante deverá apresentar, Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária do Município de Caruaru para empresas sediadas nesta Cidade ou pela Prefeitura relativa à sede ou domicílio da empresa, ou ainda pela Vigilância Sanitária do Estado, em plena validade.

2.12. Como evidência da qualificação técnica, uma comissão formada por membros técnicos da SMS e SEDUC, emitirá Parecer com as conclusões da análise documental apresentada por cada empresa classificada.

3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)



3.1. O Valor Total Orçado (máximo admitido) para a Contratação, objeto deste certame, incluso os custos diretos e indiretos, é de **R\$ 93.208,80 (noventa e três mil, duzentos e oito reais e oitenta centavos)**.

3.2. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais apurados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

3.3. No preço total do objeto deverão estar incluso todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

43 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; 34001-SDSDH; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SDSDH; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios; Despesa: 1639.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios; Despesa: 1703.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1790; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1789; 101 –Recursos Próprios; Despesa: 1788.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS;



Despesa: 1810; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1811; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1809.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1921; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1922; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1919; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social; Despesa: 1920.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; Despesa: 1876; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1875.

5. COMPONENTES DESTE EDITAL

5.1. Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

- 5.1.1. Termo de Referência; (**ANEXO I**).
- 5.1.2. Modelo de Proposta de preços (**ANEXO II**).
- 5.1.3. Modelo de Declarações; (**ANEXO III**).
- 5.1.4. Minuta da Ata de Registro de Preços (**ANEXO IV**)
- 5.1.5. Minuta de Contrato. (**ANEXO V**).

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 6.1.7. Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8. Declarar a vencedora;
- 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

6.2. Do Credenciamento:

- 6.2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 6.2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio



www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

- 6.2.3.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 6.2.4.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 6.2.5.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.2.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar deste Certame:

- 7.1.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.
- 7.1.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.
- 7.1.3.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.1.4.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.1.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.2. Não poderão participar desta licitação:

- 7.2.1.** Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;



- 7.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 7.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 7.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 7.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 7.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.
- 7.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)
- 7.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 7.2.14. Não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

7.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) **Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos



direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº.14.133/2021;

- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- g) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.
- h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- I) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. () sim, ME; () sim, EPP; () não, outros enquadramentos.
- II) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

7.4.1. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)

8.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



8.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 9.1.1.** Valor **UNITÁRIO** do item.
- 9.1.2.** Marca dos produtos ofertados, à qual ficará vinculado.
- 9.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;
- 9.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.2. Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

9.4. Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, independente de declaração da licitante.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9.8. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.



10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **a proposta** com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

10.2. O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.5. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **Agente de Contratação/Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.6. Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.

10.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br

11.2. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação/Pregoeiro** e os licitantes.



11.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.7.1 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

11.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável

11.10. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

11.11. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.12. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

11.13. Persistindo o empate, será realizado sorteio com agendamento prévio a ser transmitido e o link disponibilizado para todos os licitantes.

11.14. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.15. Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

11.16. Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.17. No caso de a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

11.18. Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

11.18.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

11.18.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1,0% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

11.18.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.18.3.1. Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação/Pregoeiro** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

11.18.3.2. Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.



11.18.3.3. Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.18.3.2, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

12.4. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.

12.5. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

12.6. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

12.7. No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

12.8. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras/pt-br.

13.2. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portalttransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o



mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

13.3. O Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.4. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.4.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.4.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

13.4.4. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

13.5. Será desclassificada a propostas que:

13.5.1. Contiver vícios insanáveis;

13.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

13.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

13.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;

13.5.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

13.5.6. Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

13.5.7. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

13.6. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

13.7. Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.8. Classificada a proposta, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



14.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

14.2. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.3.1. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

14.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

14.4. Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** a apresentação do original.

14.6. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.7.1. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.7.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.7.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.7.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.7.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



14.8.HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidos do licitante vencedor no momento da entrega proposta ajustada, sendo:

14.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

14.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.8.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

14.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.8.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.8.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.9.HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.9.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.14.1.1.1 Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

14.9.2. Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico financeira para todos os itens/lotos em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item/lote, os respectivos itens/lotos para os quais o licitante será habilitado.

14.9.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e



trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, ou, na hipótese **de inversão de fases**, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.9.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.9.5. Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.9.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.9.7. Para fins de habilitação, a verificação pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

14.9.8. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.9.9. Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

14.9.10. O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

14.9.11. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.10. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicafe, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br, quando solicitados pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

14.11. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.



14.11.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

14.11.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UC-P, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

14.12. Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.

14.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.14. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.15. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. DA AMOSTRAS

15.1. As regras relativas à necessidade de apresentação de amostras estão estabelecidas no item 5 do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.3. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.



16.5. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Agente de Contratação/Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, se outro prazo não for fixado pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.

16.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser feitos em campo próprio do sistema de disputa.

17.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

17.5. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

18.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

18.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

18.4. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.



18.5. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.6. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br).

18.8. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18.9. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

18.10. Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18.12. Após a fase recursal, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

21.2. Não será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços.

21.3. A **licitante** não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

21.4. Por ocasião da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:

21.4.1. Das **licitantes não desclassificadas** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **adjudicatária**, observada a classificação na licitação; e

21.4.2. Das **licitantes não desclassificadas** que mantiverem sua proposta original.

21.5. Homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante mais bem classificada** será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

21.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **licitante mais bem classificada**, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa seja aceita pelo Município de Caruaru-PE.

21.5.2. Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado ao Município de Caruaru-PE convocar as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

21.5.2.1. Caso as **licitantes remanescentes** não aceitem a contratação no mesmo prazo de convocação e nas condições propostas pela primeira classificada, o Município de Caruaru-PE poderá negociar preço melhor, ainda que acima do ofertado pela **adjudicatária**.

21.5.2.2. Quando frustrada a negociação, o Município de Caruaru-PE poderá adjudicar e contratar nas condições ofertadas pelas **licitantes remanescentes**.

21.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



21.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

21.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

21.9. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 36 do Decreto Municipal n. 010/2024.

21.9.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

21.10. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **fornecedor** para negociar a redução do preço registrado.

21.10.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **fornecedor** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.10.2. Na hipótese prevista na subcondição anterior, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

21.11. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o compromisso firmado não puder ser cumprido, o **fornecedor** poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado.

21.11.1. O **fornecedor** encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

21.11.2. Caso o pedido seja deferido, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

21.11.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **fornecedor** deverá cumprir o compromisso assumido, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.

21.11.3.1. Se houver o cancelamento do registro do **fornecedor**, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

21.12. Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes aos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.13. O registro do **fornecedor** será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:

21.13.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

21.13.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



21.13.3. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese de indeferimento do pedido de alteração pelo órgão gerenciador, não comprovando a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado em relação ao praticado no mercado;

21.13.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

21.13.4.1. Caso a sanção aplicada ao **fornecedor** não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

21.14. Qualquer convocação de **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta previstas no Edital.

21.15. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

21.15.1. Por razão de interesse público;

21.15.2. A pedido do **fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

21.15.3. Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

21.16. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata de Registro de Preços, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Caruaru-PE fará o devido apostilamento na Ata e informará às **licitantes** a nova ordem de classificação.

21.17. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

22. DO CONTRATO

22.1. O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

22.2. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.3. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

22.4. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caruaru-PE.



22.5. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

22.6. Quando a **licitante** convocada não retirar a nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.

22.6.1. Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

22.6.1.1. Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

22.6.1.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

22.8. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

22.9. Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, **instituída pelo Código Tributário Municipal**, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,64 (três reais e sessenta e quatro centavos).**

23. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no item 7 do Termo de Referência, anexo a este edital.

24. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

24.1. Os prazos relativos à vigência e execução da(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundo(s) deste certame, estão estabelecidos no item 9 do Termo de Referência, anexo a este edital.



25. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos nos itens 4 e 10 do Termo de Referência, anexo a este edital.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

26.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens 12 e 13 do Termo de Referência, anexo a este edital.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. As previsões relativas à subcontratação do objeto deste certame estão estabelecidas no item 11 do Termo de Referência, anexo a este edital.

28. DO PAGAMENTO

28.1. As condições acerca da realização dos pagamentos decorrentes da execução da contrato deste certame estão estabelecidos no item 7 do Termo de Referência, anexo a este edital.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. As regras acerca das penalidades são as estabelecidas no item 14 do Termo de Referência, anexo a este edital.

30. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

30.1. As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

32.2. A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

32.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

32.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



22.1. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.2. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, devidamente formalizada.

22.3. Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.

22.4. Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

22.5. A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

22.6. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

22.7. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

22.8. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita in loco, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).

22.9. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

22.10. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133, de 2021.

22.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

22.12. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço www.gov.br/compras/pt-br, no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: ucp.caruaru@gmail.com, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

Caruaru (PE), na data da assinatura eletrônica.

HALLANA MIRELLY
MENDES
MARINHO:054929414
70

Assinado de forma digital por
HALLANA MIRELLY MENDES
MARINHO:05492941470
Dados: 2024.09.03 10:55:47
-03'00'

Hallana Mirelly Mendes Marinho
Agente de Contratação da Unidade de Contratação – UC- P



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: LATÍCÍNIOS**, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SDSDH, durante o período de 12 (doze) meses, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.

1.2. Considerando os itens fracassados do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2024 UC/P – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024 UC/P – REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024), faz-se necessária a republicação a fim de que atender a demanda relativa aos objetos pretendidos.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 O objeto do registro de preços se justifica pela necessidade da administração de prover, com os insumos necessários para preparação de alimentos, os serviços públicos prestados pela municipalidade e que oferecem alimentação a seus usuários, a exemplo dos serviços ofertados pela rede municipal de educação, para viabilizar o oferecimento da Alimentação Escolar nas escolas e CMEIs, dos serviços de saúde, no tocante à alimentação dos pacientes que utilizam/ficam internados em unidades de atendimento e também dos serviços assistenciais das casas de acolhimento e das oficinas dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da SDSDH, bem como para atender o bom andamento das atividades administrativas das demais secretarias e órgãos;

2.2 Os quantitativos para cada órgão/entidade foram estimados de acordo com a média anual de consumo nas respectivas repartições e estabelecimentos públicos, bem como pela expectativa de ampliação dos serviços ofertados, e informados à Secretaria de Administração (SAD), órgão responsável por apurar as demandas comuns dos órgãos e entidades municipais, por meio de consulta online aos gestores responsáveis, sendo mera estimativa para contratação, não os obrigando a utilização total dos quantitativos informados;

2.3. No âmbito da SMS, para estimar o consumo dos gêneros alimentícios para os próximos 12 meses, a equipe levou em consideração o consumo médio dos últimos doze meses, considerando-se ainda que a rede de Média e Alta Complexidade é composta por um hospital (com atendimentos na pediatria e nas alas de clínica médica); uma maternidade (com atendimento a gestantes de emergências, puérperas e pacientes da clínica cirúrgica); quatro Unidades de Pronto Atendimento – UPA (com atendimento de pediatria, sala verde, sala amarela e sala vermelha); uma central do SAMU, a qual fornece também refeições para uma Central de Transportes; um Centro de Apoio Psicossocial – CAPS, composta pela unidade CAPS Álcool e Drogas e a unidade CAPS Transtorno, além de duas Residências Terapêuticas.

2.3.1 Considerando que as refeições são ofertadas diariamente, numa média de 2.100 refeições em toda a rede que compõe o bloco de Média e Alta Complexidade, sendo ofertado alimento para pacientes, acompanhantes e funcionários.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.3.2 Convém ressaltar que as unidades de Média e Alta Complexidade faz o preparo de três refeições principais (café da manhã, almoço e jantar) e três lanches ao longo do dia (manhã, tarde e noite), desse modo, os itens solicitados são necessários diariamente na produção de todas essas seis refeições.

2.3.3 Para tanto, justifica-se a presente demanda considerando a necessidade de prover uma alimentação completa e adequada para atender as necessidades calóricas e de nutrientes de pacientes, acompanhantes e funcionários, seja auxiliando na recuperação do processo de doença durante o período de internamento para pacientes, seja ofertando aporte calórico para desempenho de atividades cotidianas de trabalho para funcionários.

2.4. A demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos se justifica frente a necessidade de executar a Política de Assistência Social por meio dos equipamentos socioassistenciais, garantindo o acesso a direitos e proteção social. Desta forma, com fulcro nas necessidades dos equipamentos geridos por esta Secretaria Municipal, é que se faz mister a abertura do presente Processo Licitatório para aquisição dos gêneros perecíveis, quais sejam polpas e laticínios para o atendimento das demandas para o ano de 2024.

2.4.1. Insta ressaltar que o objeto do referido processo atenderá a população atendida pelos principais equipamentos sociais, a exemplo do CPA (Centro de Produção de Alimentos), Programa Reconectar, SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Casa de Passagem, Casas de Acolhimento I, II e III, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Centro POP, Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua modalidade pernoite (antigo Albergue Municipal), Bolsa Família/Auxílio Brasil, Acolhimento de Adultos e Famílias em Situação de Risco, dentre outras demandas pontuais.

2.4.2 Desta feita, diante do público atendido pelos Equipamentos citados, e, principalmente, diante da atual situação socioeconômica do País, com o acréscimo exponencial dos números de pessoas em situação de vulnerabilidade social é que encontra guarida a justificativa para a aquisição pretendida.

2.5. Diante dessa necessidade perene, a opção pelo Registro de Preços emerge como uma abordagem estratégica e eficiente, estando ainda de encontro com a orientação da lei 14.133/2021, (nova lei de licitações de contratos Administrativos), senão vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

II - **Processamento por meio de sistema de registro de preços**, quando pertinente;

2.6. Pela leitura da nova legislação, nota-se que sempre que possível, as compras realizadas pela Administração Pública serão realizadas pelo procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preço. Outrossim, a nova lei de licitações passou a valorizar a matéria, conceituando no inciso XLV, do seu art. 6º o Sistema de Registro de Preços, conforme abaixo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

2.7. Salienta-se ainda que nova lei de licitações classifica o Sistema de Registro de Preços como espécie de procedimento auxiliar. Essa consolidação legal ocorre de forma específica no Capítulo X, mais precisamente nos artigos 78 e seguintes, ressaltando a importância estratégica que o SRP detém no contexto dos procedimentos licitatórios.

2.8. Ademais, o sistema de registro de preços, dentre as vantagens para a administração pública de uma única licitação, com a junção de demanda de diversos órgãos/entidades, tem o condão de proporcionar: diminuição dos custos administrativos, padronização dos bens e serviços contratados, além de ganho de escala, ora que quanto maior a quantidade adquirida/contratada, maior poderá ser o desconto ofertado pelas empresas participantes;

2.9. Doutra justifica-se a DISPENSA de Intenção de Registro de Preço (IRP) pelo órgão gerenciador visto se tratar de aquisição que já contempla a demanda dos órgãos e entidades da administração municipal interessados, bem como pelo fato da PMC não possuir pessoal suficiente para administração da demanda de órgãos/entidades que não compõem a estrutura do Executivo Municipal.

2.10. Por fim, é importante ressaltar que o parcelamento do fornecimento é devido à indisponibilidade de espaço para armazenamento nas instalações dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como pela perecibilidade do objeto.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Os bens e serviços a serem adquiridos se classificam como bens de natureza comum, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º do Decreto Municipal nº 065, de 29 de agosto de 2023.

3.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o menor preço POR ITEM. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto.

3.2.1. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

3.3 Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para um período de doze meses, estão especificados no Anexo I;

3.3.1 Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades da administração municipal durante a vigência do registro de preços e/ou contrato(s), procedendo-se tal redistribuição por meio de aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda, não podendo o adjudicatário se negar a realizar o fornecimento nas quantidades especificadas no presente TR, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.4 Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, de acordo com as características de cada produto, atendendo ao disposto na legislação de alimentos e às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), bem como pelos demais órgãos fiscalizadores, para fins do controle de qualidade da alimentação.

3.5 Os produtos fornecidos deverão ser rotulados de acordo com as legislações vigentes, especialmente a Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS, Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS e Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002 da ANVISA/MS. No rótulo da embalagem primária e secundária deverão constar principalmente, de forma clara e indelével, as seguintes informações de identificação e origem do produto;

- 3.5.1. Identificação do produto.
- 3.5.2. Embalagem original e intacta.
- 3.5.3. Data de fabricação.
- 3.5.4. Data de validade.
- 3.5.5. Peso líquido.
- 3.5.6. Número do Lote.
- 3.5.7. Nome do fabricante.
- 3.5.8. Registro no órgão fiscalizador (Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., Serviço de Inspeção Estadual – S.I.E. ou Serviço de Inspeção Federal – S.I.F.) quando couber.

3.6 O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

3.7 Após a adjudicação, nenhum dos produtos oferecidos, poderá ser substituído por outros de outras marcas, salvo por produtos de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pelo Município de Caruaru, também de forma expressa.

4 – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, no horário de 08h às 13h, de acordo com a periodicidade determinada por cada secretaria, conforme ordem de fornecimento, em até **72 horas, contadas em dias úteis**, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento, a qual será emitida pelo Departamento responsável de cada demandante, por meio eletrônico, para atendimento aos locais indicados para entrega;

4.2 Os locais de entrega estão discriminados, por órgão entidade, conforme anexo II;

4.3 Fica a critério do(s) licitante(s) a realização antecipada da visita para prévio conhecimento dos locais de entrega;

4.4 O objeto desta contratação deverá ser entregue, parceladamente, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelos órgãos e entidades participantes, de acordo com suas necessidades;

4.5 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, transportados em veículos com temperatura controlada (entre 18°C e 25°C), bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

4.6 A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.7 O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

4.7.1. Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

4.7.2. O produto não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;

4.7.3. Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo;

4.7.4 O produto não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Termo de Referência e no Edital;

4.7.5 O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor, textura e aspecto dentro do prazo de validade.

4.7.6 O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações no ato da entrega.

4.8 No caso de suspeita quanto às especificações técnicas e à qualidade microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos, a Secretaria/Entidade demandante poderá solicitar análise laboratorial do produto suspeito, sendo o ônus de responsabilidade do fornecedor, a fim de que seja verificado o padrão estabelecido no Termo de Referência e Edital;

4.9 Os produtos deverão obedecer às normas da Vigilância Sanitária para entrega de gêneros alimentícios a fim de garantir a integridade do produto até o destino final, de acordo com os quantitativos, a data de validade e o local de entrega informado previamente nas Ordens de Fornecimento;

4.10 Os produtos serão recebidos pelo Departamento de Alimentação/Nutrição de cada órgão/entidade participante, responsável pelo recebimento dos produtos provenientes de suas solicitações, assim como o acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços;

4.11 Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no item 3, e quantidade, de acordo com a ordem de fornecimento, com conseqüente aceitação, mediante atestado do setor responsável;

4.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 – DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

5.1 **A critério do Grupo Técnico composto por nutricionistas** dos Departamentos de Alimentação/Nutrição dos órgãos da Administração Municipal, **PODERÁ ser solicitada do classificado em 1º lugar para o respectivo item, AMOSTRA** correspondente a 01 (uma) unidade de cada produto para o qual apresentou o melhor preço, indicando o Órgão Fiscalizador Federal (S.I.F), Estadual (S.I.E) ou Municipal (S.I.M.) autorizante, (conforme o caso), ter transporte e comercialização liberados pela ADAGRO (conforme o caso) ou outro órgão competente, Registro de inspeção que comprove a isenção do microrganismo Salmonela, (quando for o caso), a ser apresentada no **prazo de até 02 (dois) dias úteis após ser convocado pela Comissão Permanente de Licitação** no Departamento de Nutrição/Alimentação da SDSDH, localizada na Rua Projetada R-5, Loteamento Jardim Ocidental. Bairro: Maurício de Nassau, Caruaru/PE, ou em outro endereço especificado na convocação.

5.2 **Quando as amostras forem solicitadas** devem vir relacionadas por itens, em papel timbrado ou com carimbo da empresa classificada em primeiro lugar (Razão Social, CNPJ, Endereço) e **apresentadas nas embalagens originais de fabricação e/ou fichas técnicas com as respectivas fotos;**

5.3 As amostras serão analisadas pelo Grupo Técnico, emitindo-se ao fim das avaliações **Parecer Técnico** circunstanciado pelas nutricionistas Responsáveis Técnicas, com vistas a confirmar a compatibilidade do objeto ofertado com a especificação constante neste Termo de Referência e no instrumento convocatório;

5.4 A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido no item acima, conforme discriminação constante neste Termo de referência, será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital;

5.5 O objeto apresentado como amostra poderá ser submetido a testes necessários. Será rejeitada a amostra que for de qualidade inferior em relação às especificações constantes neste Termo de Referência;

5.6 Todas as amostras apresentadas ficarão retidas na SDSDH.

6 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. A licitante deverá apresentar, Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária do Município de Caruaru para empresas sediadas nesta Cidade ou pela Prefeitura relativa à sede ou domicílio da empresa, ou ainda pela Vigilância Sanitária do Estado, em plena validade.

6.2. Como evidência da qualificação técnica, uma comissão formada por membros técnicos da SMS e SEDUC, emitirá Parecer com as conclusões da análise documental apresentada por cada empresa classificada.

7 – DO VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O valor máximo aceitável para custeio do objeto contratual a ser pago pela aquisição do objeto será apurado pela Gerência de Compras e Patrimônio da Secretaria de Administração do município e expresso em mapa comparativo de preços (anexo ao processo).



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

7.2. O valor máximo aceitável constituir-se-á em mera previsão dimensionada, não estando os órgãos/entidades participantes obrigados a contratá-la em sua totalidade, e não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação, portanto a Administração Direta/Indireta da Prefeitura de Caruaru se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

7.3 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

7.4 Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com o produto efetivamente entregue no mês anterior ao do pagamento;

7.5 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil, na Sede de cada órgão/entidade demandante, conforme o caso; SDSDH – Rua Armando da Fonte, 197, Maurício de Nassau – Caruaru/PE; SMS - Avenida Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru/PE;

7.6 Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

7.7 O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

7.8 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.9 Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

7.10 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 7.3. será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

7.11 Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

7.12 A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

7.13 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação para utilização de saldo remanescente do contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, à requerimento da contratada, apurado desde a data de apresentação da proposta.

7.14 Em caso de prorrogação do prazo contratual sem a concessão do reajuste, a Contratada deverá expressar por escrito sua renúncia ao reajuste previsto no item 7.3.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

7.15 Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

7.16 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

7.17 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

8 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1 As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo
--------------------------	--------------	---------------------

43 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; 34001-SDSDH; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SDSDH; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios; Despesa: 1639.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios; Despesa: 1703.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1790; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1789; 101 –Recursos Próprios; Despesa: 1788.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1810; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1811; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1809.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1921; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1922; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1919; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social; Despesa: 1920.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; Despesa: 1876; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1875.

9 – DA VALIDADE DA ATA E DOS CONTRATOS

9.1 O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21.

9.2 Quanto à vigência dos contratos advindo da ARP, o prazo será definido quando do pedido de elaboração do instrumento contratual.

10 – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1 A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores abaixo designados:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE	Gestora Titular: Andrezza Christinne Interaminense, 55.831-7 Gestor Suplente: José Marcone Tôrres Júnior, 18.145-6 Fiscal Titular: Renata Regina da Silva Melo, Matrícula 17.988-3 Fiscal Suplente: Paula Fernanda Cordeiro, 18.073-8
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	Gestora Titular: Lianna Theresa Interaminense Valença, Mat. 53.713-8 Gestor Suplente: Paulo Augusto Santos Silva, Matrícula nº 55.916-0 Fiscal Titular: Elizabeth Regina da Silva, Matrícula nº 52.660-7 Fiscal Suplente: Poliana Priscila Silva Lopes, Matrícula nº 58.686-8.

10.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

10.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

11 – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 A subcontratação dependerá de autorização prévia do órgão/entidade demandante /contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista necessários à execução do objeto;

11.2 A Adjudicatária, na execução da avença, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto deste termo de referência, até o limite **máximo de 30%**, com prévia autorização do órgão/entidade demandante;

11.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Adjudicatária pela perfeita execução do objeto, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratação, bem como responder perante a municipalidade pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

12.2 Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

12.3 Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;

12.4 Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;

12.5 Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;

12.6 Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;

12.7 Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;

12.8 Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;

12.9 Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;

12.10 Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;

12.11 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

12.12 Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;

12.13 Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;

12.14 Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

12.15 Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;

12.16 Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

13 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1 Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 13.2 Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 13.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- 13.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 13.6 Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- 13.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

14.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

14.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

15 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente;

15.2 O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

15.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que a dele advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao benefício do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 Não será admitida adesão por parte de qualquer entidade pública ou privada.

15.5 Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

Renata Regina da Silva Melo

Coordenação de Nutrição e Dietética de Atenção Especializada - SMS
Matrícula 17.988-3

Lianna Theresa Interaminense Valença

Gerente de Planejamento e Gestão de Contratos - SDSDH
Matrícula 53.713-8



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

Especificações Gêneros Alimentícios - POLPAS E LATICÍNIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SMS	SDSDH	TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	440	1000	1440
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	400	800	1200



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II LOCAIS DE ENTREGA

1. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS:

- A periodicidade das entregas se dará ante a demanda dos Equipamentos Sociais atendidos.
- As entregas deverão ser realizadas no Almoarifado Central, sito à Rua José Chagas Filho, 242, Jardim Panorama, Caruaru/PE, CEP: 55044-050, das 8h às 15h.

2. SECRETARIA DE SAÚDE: A periodicidade de entrega deve ser quinzenal ou de acordo com a necessidade das unidades, devendo ser entregues nos endereços abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
MATERNIDADE SANTA DULCE DOS POBRES	Rua Nove, s/n – Luiz Gonzaga (atrás do Hospital Mestre Vitalino)
HOSPITAL MANOEL AFONSO	Rua Quitéria Francisca Silva, 494 – Maria Auxiliadora
UPA VASSOURAL	Rua João Cordeiro, SN – Vassoural
UPA BOA VISTA	Rua Paraense, SN – Boa Vista
UPA SALGADO	Rua Rodopiano Florêncio, SN – Salgado



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UPA RENDEIRAS	Rua Major João Coelho, SN – Rendeiras
SAMU	Rua Azeredo Coutinho, 430 – Petrópolis
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	Rua Rio Formoso, S/N – Boa Vista
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I	Rua Victor Meireles, 111 – São Francisco
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA II	Rua Belmiro Pereira, 206 - Maurício de Nassau



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5D29-9BF6-2FA9-F2B2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RENATA REGINA DA SILVA MELO (CPF 013.XXX.XXX-42) em 21/08/2024 09:16:39 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA (CPF 053.XXX.XXX-70) em 21/08/2024 09:17:40 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/5D29-9BF6-2FA9-F2B2>



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de regulamentação do planejamento, execução e gestão de atas e contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Caruaru, com o objetivo de assegurar os atributos finalísticos do processo de contratação pública, como os da eficácia, eficiência, efetividade, celeridade, economicidade, através de procedimentos que salvaguardem os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da publicidade, da igualdade, do planejamento, da transparência, da segregação de funções, da motivação, da segurança jurídica, desenvolvimento nacional sustentável e da competitividade, de modo proporcional e razoável, foi publicado o Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, que regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dispõe sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

Considerando que as aquisições governamentais produzem impacto significativo na atividade econômica do órgão e que um planejamento bem elaborado propicia aquisições potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Neste contexto, o presente documento apresenta estudos preliminares que objetivam assegurar a viabilidade técnica e econômica da aquisição de gêneros alimentícios (laticínios, não perecíveis e cereais), em face da necessidade da Prefeitura Municipal de Caruaru de assegurar a continuidade de fornecimento destes insumos às Secretarias de Saúde, Secretaria de Educação e Esportes e Secretaria de Defesa Social e Direitos Humanos, além de embasar o Termo de Referência a ser elaborado caso a solução encontrada demonstre-se viável.

Este estudo técnico preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento e tem como finalidade apresentar solução para aquisição de gêneros alimentícios a serem destinados para a produção de refeições das Secretarias de Saúde, Educação e Esportes e Defesa Social e Direitos Humanos, através dos hospitais, unidades de pronto atendimento, centros de apoio, escolas e equipamentos socioassistenciais, respectivamente.

O estudo pretende evidenciar a necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. Para tanto, o estudo buscou organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo, dentro do possível, como referência, a ordem disposta no parágrafo primeiro do art.18 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Caruaru, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, tem como objetivo garantir o acesso da população à educação básica e manter a rede pública municipal de ensino, além de promover ações articuladas com os entes estaduais e federais de educação e supervisionar instituições públicas da rede municipal de educação, de elaborar, implantar e acompanhar políticas educacionais



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, modernização pedagógica e da capacitação do quadro técnico da educação municipal, desenvolver políticas de ampliação do acesso à educação integral e formular, implementar, acompanhar e avaliar as políticas municipais de educação, bem como, desenvolver política e executar ações de promoção de esporte e lazer no município.

À Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH) compete articular, planejar, coordenar, controlar, propor e executar as atividades das políticas públicas para as áreas de direitos humanos, cidadania e qualidade de vida, inclusive a gestão de equipamentos públicos com tais finalidades, visando o desenvolvimento social do município e garantia dos direitos fundamentais da pessoa; planejar e executar atividades como órgão gestor municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); planejar e executar ações de promoção da redução da vulnerabilidade social, em especial das crianças e adolescentes, dos jovens, idosos, das pessoas com deficiência, da comunidade LGBT e das comunidades tradicionais, no combate à desigualdade étnico-racial, social e humana; a gestão de programas habitacionais para atendimentos de pessoas em estado de vulnerabilidade, inclusive em articulação com outras esferas de governo; promover atividades correlatas para redução da desigualdade social no Município.

À Secretaria de Saúde (SMS) compete o planejamento, desenvolvimento e execução da política de atendimento integral das necessidades de saúde da população, bem como, o aperfeiçoamento de políticas de fortalecimento ao sistema de atendimento especializado nas UPAs e hospitais municipais e à complementação da rede hospitalar e ambulatorial do município. Além disso, cabe à SMS a execução das atividades de fortalecimento da rede de atenção básica e psicossocial, coordenando e acompanhando o processo de municipalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e planejando, desenvolvendo e executando a política sanitária municipal, implementando ações e programas de vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária, de vacinação e das unidades básicas de saúde-UBS, além de promover políticas de inovação na rede de saúde do Município.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Caruaru, através das secretarias supracitadas, tem como dever prover com os insumos necessários à preparação das refeições que se inserem nos serviços públicos prestados pela municipalidade e que oferecem alimentação a seus usuários, a exemplo dos serviços ofertados pela rede municipal de educação, para viabilizar o oferecimento da Alimentação Escolar nas escolas e CMEIs, dos serviços de saúde, no tocante à alimentação dos pacientes que utilizam/ficam internados em unidades de atendimento e também dos serviços assistenciais das casas de acolhimento e das oficinas dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da SDSDH, bem como para atender o bom andamento das atividades administrativas das demais secretarias e órgãos. Insta destacar que a SDSDH não adquire produtos de panificação, vez que há produção própria no CPA (Centro de Produção de Alimentos).

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Não havendo elaboração do PCA relativamente ao exercício em curso, até o presente momento, justifica-se a impossibilidade de demonstração de inclusão da contratação em PCA, para fins do art. 18, §1º da Lei 14.133/2021.

Ademais, atesta-se que a presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico e metas governamentais para o ano de 2024, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos basilares para a presente contratação são divididos da seguinte forma:

4.1. REQUISITOS LEGAIS

4.1.1. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.1.2. Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024 - Regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

4.1.3. Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023 - Regulamenta o artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, no sentido de definir a classificação e o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as necessidades da administração pública municipal.

4.1.4. Todos os gêneros alimentícios bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais e regulamentares porventura aplicáveis, em especial as Normas Técnicas Especiais de Alimentos e Bebidas constantes na Resolução - CNNPA nº 12, de 24 /07/78, Decreto 12486 de 20/10/78, Portaria 161 de 24/07/87-MAA, Lei 9972 de 25/05 /2000, Resolução RDC nº 259, de 20/09/02 - ANVISA 22/11/07, /MS, Resolução RDC n.º 360, de 23 /12/2003, ANVISA/MS, Decreto 6268 de Instrução Normativa nº 12 de 28/03 /08, MAPA, Resolução RDC Nº de 7, de 18/02/11 ANVISA, Resolução – RDC nº 14, de 28/03/14 – ANVISA, Decreto 8446 de 06/05/2015, Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013 e a Resolução nº 06 de 08/05/2020- FNDE.

4.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO

4.2.1. Aquisição de gêneros alimentícios (laticínios, não perecíveis e cereais), conforme especificações e quantidades estabelecidas no ANEXO I.

4.3. REQUISITOS TÉCNICOS

4.3.1. Atendimento às especificações contidas na Especificação Técnica contidas na Justificativa e no Termo de Referência, em anexo.

4.3.2. No momento da entrega, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos. Os produtos perecíveis deverão ser embalados e mantidos, quando sua natureza assim exigir, sob resfriamento ou congelamento, desde sua origem até sua entrega definitiva, em temperaturas adequadas para sua perfeita conservação. As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e expressar claramente a data de validade do produto, que deverá ser de acordo com o Termo de Referência, contados a partir da data de recebimento.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

5.1. SOLUÇÕES ENCONTRADAS

Inicialmente, é mister destacar que para atender às demandas de hospitais, unidades de pronto atendimento, centros de apoio, escolas e equipamentos socioassistenciais, é necessária a aquisição de gêneros alimentícios, tais como, laticínios e não perecíveis/cereais, destinados à preparação das refeições oferecidas pelos serviços desempenhados pelas secretarias. Esses alimentos estão amplamente disponíveis no mercado, com várias empresas especializadas e bem estabelecidas, conforme evidenciado pelo Mapa Comparativo de Preços elaborado pela Gerência de Compras da Secretaria de Administração, considerando contratações similares por outras entidades.

Para suprir toda a demanda, a Prefeitura Municipal de Caruaru, através da SMS, SDSDH e SEDUC, precisa adquirir uma ampla variedade de alimentos, o que implica em um custo significativo. Nesse sentido, as opções de atendimento, levando em consideração os preços de mercado e a disponibilidade orçamentária, podem ser divididas nos seguintes cenários:

5.1.1. Contratação 1 – Aquisição por dispensa de licitação (Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II):

Neste cenário, os gêneros alimentícios em epígrafe devem ser adquiridos dispensando-se o rito licitatório e adota-se como preço médio de referência aqueles praticados junto a empresas que atuam neste nicho de mercado. Entretanto, considerando a quantidade, tipificação e os preços registrados nos Mapas Comparativos de Preços, que seguem anexados, auferidos em cotação de fevereiro/2024, o valor de aquisição total é superior ao limite legal de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), permitido pela Lei 14.133/2021, art. 75, II.

5.1.2. Contratação 2 – Aquisição por adesão à Ata de Registro de Preços vigente:

A aquisição por adesão à Ata de Registro de Preços vigente é um método empregado por entidades públicas para aquisição de bens ou contratação de serviços, valendo-se dos preços e condições pré-estabelecidos em uma ata específica. Apesar de oferecer certas vantagens, esse procedimento também traz consigo desafios, sobretudo quando se trata da compra de gêneros alimentícios. Abaixo, são elencadas algumas das desvantagens associadas a esse processo:

1. Rigidez nos Produtos Disponíveis: A adesão à ata de registro de preços pode limitar a escolha de produtos disponíveis para compra, pois os itens e suas especificações já estão definidos na ata. Isso pode ser problemático se os produtos listados não atenderem completamente às necessidades específicas da entidade compradora.

3. Falta de Flexibilidade: A adesão à ata de registro de preços pode limitar a capacidade da entidade compradora de negociar condições específicas, como prazos de entrega, formas de pagamento e outros termos contratuais. Isso pode ser problemático se a entidade precisar de flexibilidade para se adaptar a



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

circunstâncias imprevistas.

4. Problemas de Disponibilidade de Estoque: Em alguns casos, os produtos listados na ata de registro de preços podem não estar disponíveis imediatamente em estoque, o que pode resultar em atrasos na entrega ou na necessidade de buscar fornecedores alternativos.

5. Possíveis Discrepâncias na Qualidade dos Produtos: A adesão à ata de registro de preços não garante a qualidade dos produtos adquiridos. Pode haver variações na qualidade dos produtos fornecidos pelos diferentes fornecedores listados na ata, o que pode afetar a satisfação e a segurança dos consumidores.

5.1.3. Contratação 3 - Aquisição através de novo Registro de Preços em ata:

Neste cenário, os insumos deverão ser adquiridos por meio de um novo registro de preço, no qual o processo licitatório resultará numa ata de registro de preços firmada entre a PMC, através da SDSH, SMS e SEDUC, e a contratada, com 12 meses de vigência, mantidas as condições definidas em edital, observadas as disposições do art. 104 da Lei 14.133/2021.

A aquisição de gêneros alimentícios por meio de um novo registro de preços em ata pode oferecer diversas vantagens, tais como:

1. Competitividade Renovada: Ao abrir um novo processo de registro de preços, a entidade pública pode atrair uma gama mais ampla de fornecedores interessados em competir, o que pode levar a preços mais competitivos e melhores condições para a aquisição dos gêneros alimentícios.

2. Atualização dos Preços: Um novo registro de preços permite que a entidade pública atualize os preços de acordo com as condições de mercado atuais. Isso pode garantir que os preços praticados reflitam com mais precisão os custos dos produtos alimentícios no momento da aquisição.

3. Flexibilidade nas Condições Contratuais: Ao iniciar um novo processo de registro de preços, a entidade pública tem a oportunidade de revisar e ajustar as condições contratuais de acordo com suas necessidades específicas, garantindo maior flexibilidade na negociação.

4. Avaliação de Novos Fornecedores: A abertura de um novo registro de preços possibilita que a entidade pública avalie e inclua novos fornecedores que possam oferecer produtos de qualidade superior ou condições mais vantajosas, ampliando as opções disponíveis.

5. Transparência e Concorrência: O processo de novo registro de preços promove a transparência e a concorrência entre os fornecedores interessados, assegurando que a escolha seja feita de forma justa e imparcial, conforme os critérios estabelecidos.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

6. Adaptação às Mudanças nas Necessidades: Com um novo registro de preços, a entidade pública pode adaptar-se melhor a eventuais mudanças nas necessidades de abastecimento de gêneros alimentícios, garantindo uma maior adequação às demandas vigentes.

7. Controle contratual com efetividade maior: Ao iniciar um novo registro de preços, a entidade pública pode ter um controle mais efetivo sobre os contratos estabelecidos, assegurando que os termos e condições atendam plenamente às suas exigências e padrões de qualidade.

Essas vantagens destacam a importância e os benefícios de iniciar um novo registro de preços em ata para a aquisição de gêneros alimentícios, proporcionando uma abordagem mais dinâmica e adaptável às necessidades da entidade pública. Portanto, dentre as opções elencadas, esta se demonstra como a mais viável para a necessidade administrativa desta Municipalidade.

7.1. ANÁLISE DA SOLUÇÃO

Desta feita, concluímos pela seguinte solução: Aquisição através de novo Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios (laticínios, não perecíveis/cereais).

8. DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Os quantitativos para cada órgão/entidade foram estimados de acordo com a média anual de consumo nas respectivas repartições e estabelecimentos públicos, bem como pela expectativa de ampliação dos serviços ofertados.

No âmbito da SMS, para estimar o consumo dos gêneros alimentícios para os próximos 12 meses, a equipe levou em consideração o consumo médio dos últimos doze meses, considerando-se ainda que a rede de Média e Alta Complexidade é composta por um hospital (com atendimentos na pediatria e nas alas de clínica médica); uma maternidade (com atendimento a gestantes de emergências, puérperas e pacientes da clínica cirúrgica); quatro Unidades de Pronto Atendimento – UPA (com atendimento de pediatria, sala verde, sala amarela e sala vermelha); uma central do SAMU, a qual fornece também refeições para uma Central de Transportes; um Centro de Apoio Psicossocial – CAPS, composta pela unidade CAPS Álcool e Drogas e a unidade CAPS Transtorno, além de duas Residências Terapêuticas.

Considerando que as refeições são ofertadas diariamente, numa média de 2.100 refeições em toda a rede que compõe o bloco de Média e Alta Complexidade, sendo ofertado alimento para pacientes, acompanhantes e funcionários.

Convém ressaltar que as unidades de Média e Alta Complexidade faz o preparo de três refeições principais (café da manhã, almoço e jantar) e três lanches ao longo do dia (manhã, tarde e noite), desse modo, os itens solicitados são necessários diariamente na produção de todas essas seis refeições, para pacientes, acompanhantes e funcionários, com estimativa do quantitativo necessário baseado no número médio de atendimentos dessas unidades, que podem variar dependendo do número de internações causados por determinada(s) patologia(s) ou pelo número de nascimentos ocorridos no município.

Além disso, a demanda da Secretaria de Saúde está em consonância com o proposto pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para a Secretaria de Educação e Esportes, utilizou-se como base o cálculo per capita (quantidade por aluno) x incidência (número que o produto se apresenta no cardápio /mês), conforme cardápios, por modalidade de ensino, como rege a legislação em vigor - Resolução nº 06 de 08 de Maio de 2020. Para cada modalidade de ensino há uma quantidade de refeições estipuladas por dia. Atualmente a Rede Escolar abrange um total de 145 Unidades Escolares, sendo dessas 114 Escolas e 31 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's).

Vale salientar, inclusive, que a demanda está de acordo com o cardápio adequado para o público em questão, em conformidade com o recomendado pelo setor de nutrição de cada órgão ou entidade da administração municipal participante, estando a demanda da Secretaria de Educação, inclusive, de acordo com os parâmetros do PNAE, o qual se baseia nos princípios e diretrizes da Alimentação Escolar estabelecidos na Lei Nº. 11.947 de 16/06/2009 e suas alterações posteriores, e declina os requisitos necessários para as Prefeituras cumprirem, de acordo com o disposto na Resolução CD/FNDE Nº. 06 de 08/05/2020. O objetivo do PNAE é complementar, e muitas vezes ser a única fonte de alimentação dos alunos, visto que grande parte dos discentes que utilizam a rede está em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Neste sentido, o PNAE contribui para que os alunos permaneçam na escola, tenham bom desempenho escolar e bons hábitos alimentares.

O quantitativo indicado para a Secretaria de Defesa Social e Direitos Humanos possui respaldo na necessidade diária dos equipamentos sociais assistidos, quais sejam equipamentos sociais, a exemplo do CPA (Centro de Produção de Alimentos), Programa Reconectar, SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Casa de Passagem, Casas de Acolhimento I, II e III, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Centro POP, Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua modalidade pernoite (antigo Albergue Municipal), Bolsa Família/Auxílio Brasil, Acolhimento de Adultos e Famílias em Situação de Risco, dentre outras demandas pontuais.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total da contratação será a soma dos valores totais de cada item, tendo por base a quantidade total estimada de cada item e seu preço unitário.

O custo estimado será apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023.

Diante do exposto, após elaboração de Mapa Comparativo de Preços pela Gerência de Compras e Patrimônio da Secretaria de Administração, o custo estimado para aquisição de cada gênero alimentício segue discriminado abaixo:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	VALOR
LATICÍNIOS	R\$ 93.208,80
CEREAIS E NÃO PERECÍVEIS	R\$ 746.345,26

10. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

10.1. Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, de acordo com as características de cada produto, atendendo ao disposto na legislação de alimentos e às normas estabelecidas pela Agência



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), bem como pelos demais órgãos fiscalizadores, para fins do controle de qualidade da alimentação.

10.2. Os produtos fornecidos deverão ser rotulados de acordo com as legislações vigentes, especialmente a Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS, Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS e Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002 da ANVISA/MS. No rótulo da embalagem primária e secundária deverão constar principalmente, de forma clara e indelével, as seguintes informações de identificação e origem do produto;

- 3.5.1. Identificação do produto.
- 3.5.2. Embalagem original e intacta.
- 3.5.3. Data de fabricação.
- 3.5.4. Data de validade.
- 3.5.5. Peso líquido.
- 3.5.6. Número do Lote.
- 3.5.7. Nome do fabricante.
- 3.5.8. Registro no órgão fiscalizador (Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., Serviço de Inspeção Estadual – S.I.E. ou Serviço de Inspeção Federal – S.I.F.) quando couber.

10.3 O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A área demandante opta pelo parcelamento da solução, uma vez que os produtos alimentícios apresentam diferentes prazos de validade e requisitos específicos de conservação. Essa escolha visa assegurar a qualidade dos produtos, considerando suas particularidades.

12. PROVIDENCIAS ADICIONAIS

Não se aplica.

13. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

13.1. Riscos da Solução

Risco 1	Não realizar a aquisição de gêneros alimentícios (laticínios e não perecíveis e cereais)
Danos e Impactos	Impacto direto na prestação dos serviços desempenhados pelas secretarias envolvidas, atingindo o Interesse Público, uma vez que as refeições ofertadas são imprescindíveis ao bem-estar social e à saúde da população.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ações	Planejar a aquisição dos insumos necessários, mensurando o quantitativo, considerando dados sólidos de consumo e distribuição por refeição.
--------------	---

Risco 2	Aquisição Parcial de gêneros alimentícios (laticínios, não perecíveis e cereais)
Danos e Impactos	Impacto direto na prestação dos serviços desempenhados pelas secretarias envolvidas, atingindo o Interesse Público, uma vez que as refeições ofertadas são imprescindíveis ao bem-estar social e à saúde da população.

Ações	Planejamento adequado: Realizar um planejamento detalhado das necessidades de gêneros alimentícios da prefeitura, levando em consideração a demanda histórica, sazonalidade e eventuais variações. Diversificação de fornecedores: Não depender exclusivamente de um único fornecedor para evitar problemas de fornecimento. Estabelecer contratos com múltiplos fornecedores confiáveis. Monitoramento constante: Manter um sistema de monitoramento eficaz para acompanhar os níveis de estoque, prazos de entrega e qualidade dos produtos fornecidos. Contratos bem definidos: Elaborar contratos claros e detalhados que especifiquem as quantidades, prazos de entrega, qualidade dos produtos e penalidades por descumprimento. Reserva estratégica: Manter uma reserva estratégica de gêneros alimentícios para lidar com situações de emergência ou atrasos na entrega dos fornecedores. Comunicação eficaz: Estabelecer canais de comunicação eficazes com os fornecedores para resolver rapidamente quaisquer problemas que possam surgir.
--------------	---



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

	Avaliação de desempenho: Avaliar regularmente o desempenho dos fornecedores com base em critérios como pontualidade na entrega, qualidade dos produtos e atendimento ao cliente. Transparência e prestação de contas: Garantir transparência no processo de aquisição de gêneros alimentícios e manter registros detalhados para fins de prestação de contas e auditoria. Treinamento e capacitação: Capacitar a equipe responsável pela aquisição de gêneros alimentícios para identificar e lidar com possíveis riscos de forma proativa. Gestão de estoque eficiente: Implementar práticas eficientes de gestão de estoque para evitar excessos ou faltas de produtos. Ao adotar essas medidas, a prefeitura pode reduzir significativamente o risco de aquisição parcial de gêneros alimentícios e garantir um suprimento adequado para atender às necessidades da comunidade.
--	---

13.2. Avaliação Qualitativa dos Riscos

Conforme Anexo I.

13.3. Gravidade das Consequências

Observa-se através da Matriz de Risco que há risco maior, pois os produtos, objeto da aquisição pretendida, são imprescindíveis ao regular funcionamento das atividades das Secretarias e seus respectivos instrumentos, e sua falta ocasionaria danos diretos à prestação do serviço à população.

13.4. Declarações da viabilidade ou não da contratação

A contratação deverá ser feita através de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, em consonância com o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei 14.133/2021, em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Em razão da solução escolhida no presente estudo, não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado pretendido do Registro de Preços é disponibilizar ata de gêneros alimentícios às secretarias demandantes para guarnecer as refeições oferecidas aos usuários atendidos pelos serviços prestados. Desse modo, atendendo a quesitos, tais como:

- Fornecimento para programas sociais: Garantir o abastecimento de alimentos para programas sociais cruciais, como fornecimento de refeições em escolas, creches, abrigos e instituições de assistência social.
- Promoção da saúde pública: Selecionar alimentos nutritivos que contribuam para uma alimentação saudável entre os beneficiários dos programas sociais, promovendo o bem-estar e a saúde da comunidade.
- Segurança alimentar: Assegurar que não haja escassez de alimentos básicos na comunidade, especialmente durante períodos de crise ou emergência, garantindo assim a segurança alimentar da população.
- Garantia de qualidade e segurança dos alimentos: Verificar se os alimentos adquiridos atendem aos mais altos padrões de qualidade e segurança alimentar, assegurando a proteção da saúde dos consumidores e o cumprimento das regulamentações sanitárias.
- Eficiência financeira: Buscar as melhores ofertas e condições de pagamento para otimizar o uso dos recursos públicos disponíveis, garantindo o máximo benefício para a comunidade.
- Transparência e responsabilidade: Assegurar que o processo de aquisição seja transparente e sujeito a prestação de contas, promovendo a confiança da população e garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficaz e responsável.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Nesse sentido, com base nas informações levantadas, concluímos que o melhor modelo de solução a ser referenciado para a contratação que seguirá, deverá respeitar as conclusões descritas neste ETP, em especial, os requisitos mínimos da contratação e descrição da solução aqui mencionada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando que a presente pretensão contratual está de acordo com as reais necessidades com o Poder Público Municipal, as Secretarias de Educação e Esportes, de Defesa Social e Direitos Humanos e de Saúde, por meio das Coordenações de Nutrição e Gerência de Contratos, julga como procedente e viável a presente demanda, devendo-se dar prosseguimento a aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificações e quantitativos descritos no ANEXO II deste documento.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

Fabiano Afonso Reis e Silva

Gerente Administrativo de Alimentação Escolar – SEDUC
Matrícula 55.889-8

Renata Regina da Silva Melo

Coordenação de Nutrição e Dietética de Atenção Especializada - SMS
Matrícula 17.988-3

Lianna Theresa Interaminense Valença

Gerente de Planejamento e Gestão de Contratos - SDSDH
Matrícula 53.713-8



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

FASE DE ANÁLISE			
☒ PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
☐ GESTÃO DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Risco nº 1			
Selecionar equipe inadequada para o planejamento da aquisição			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto	☐ Baixo	☒ Médio	☐ Alto
nº	DANO		
1	Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na aquisição.		
nº	AÇÃO PREVENTIVA	Responsável	
1	Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento.	Secretaria de Educação e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria de Saúde	
nº	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Responsável	
1	Substituir membros da equipe de planejamento que não estejam tendo rendimento.	Secretaria de Educação e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria de Saúde	
2	Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento.	Escola de Governo	
3	Designar membros com mais experiência em contratações.	Secretaria de Educação e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria de Saúde	
Risco nº 2			
Estimativas Inadequadas de Quantidades			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
nº	DANO		
1	Estimativa a menor que as necessidades das Secretarias demandantes leva a escasse de bens, prejudicando a prestação dos serviços à população.		
2	Estimativa a maior que as necessidades das Secretarias envolvidas, ocasiona gastos desnecessários.		
nº	AÇÃO PREVENTIVA	Responsável	



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

1	Definição de método para estimar as quantidades necessárias e registro do método aplicado no processo de contratação.	Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação
2	Levantamento exaustivo da necessidade, de modo a diminuir o risco de celebração de aditivos ou novas aquisições.	Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação
3	Utilizar artefatos de licitações anteriores com a mesma solução ou de solução similar que possam facilitar a definição das quantidades e dos requisitos da nova aquisição.	Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação
nº	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Responsável
1	Aplicar as disposições contratuais, bem como, promover contratação de emergência, no caso de contratação com quantidades a menor.	Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação

Assinado por 3 pessoas: RENATA REGINA DA SILVA MELO, LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA e FABIANO AFONSO REIS E SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE> e informe o código 181A-1EB9-EAE1-34CE



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS OBJETOS PRETENDIDOS

Especificações Gêneros Alimentícios - LATICÍNIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SMS	SDSDH	TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	440	1000	1440
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	400	800	1200



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Especificações Gêneros Alimentícios - NÃO PERECÍVEIS E CEREAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. SAÚDE	QUANT. SEDUC	QUANT. SDS DH	QUANT. TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO – cacau em pó como segundo ingrediente da lista, sem maltodextrina, enriquecido com vitaminas e minerais. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de aproximadamente 400g. Apresentação fardo ou caixa com 24 unidades.	fardo/caixa	80	250	96	426
2	ARROZ INTEGRAL – Tipo 1, longo, fino, constituídos de grãos inteiros, subgrupo parboilizado integral, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de aproximadamente 1 kg. Apresentação fardo com 10 unidades.	fardo	200	0	12	212



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3	CAFÉ – Café em pó, torrado e moído, com pó de cheiro agradável e característico de grãos torrados e moídos, com selo de pureza ABIC. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem plástica, íntegra e resistente, de aproximadamente 250 g. Apresentação fardo ou caixa com 20 unidades.	fardo/caixa	600	250	700	1550
4	CALDO DE CARNE EM PÓ - Composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne; validade mínima 6 (seis) meses a contar da data de entrega, armazenado em embalagem primária resistente de aproximadamente 1000 g, suas condições. Apresentação caixa com 6 unidades.	caixa	210	0	50	260
5	CALDO DE GALINHA EM PÓ - Composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango; validade mínima 6 (seis) meses a contar da data de entrega, embalagem primária resistente de aproximadamente 1000 g, suas condições. Apresentação caixa com 6 unidades.	caixa	225	0	50	275
6	CATCHUP TRADICIONAL - De tomate fresco, composição: tomate, sal e condimentos, aspecto físico pasta tipo industrial. A embalagem deverá conter externamente rótulo original de fábrica com os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade. Com registro no órgão competente. Embalagem primária de aproximadamente 500g. Validade mínima de 6 meses. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	75	0	60	135

Assinado por 3 pessoas: RENATA REGINA DA SILVA MELO, LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA e FABIANO AFONSO REIS E SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE> e informe o código 181A-1EB9-EAE1-34CE



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

7	CONDIMENTO A BASE DE COMINHO – 100% caminho em pó, constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, sem sujidades e materiais estranhos, de acordo com as normas vigentes. O prazo de validade deverá ser de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de aproximadamente 100g. Apresentação fardo com 100 unidades.	fardo	50	0	36	86
8	CREME DE CEBOLA - Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fécula de mandioca, cebola, sal, gordura vegetal hidrogenada, proteína vegetal hidrolisada, açúcar e pimenta do reino e realçadores de sabor. Embalagem primária de aproximadamente 1 kg (um quilo). Apresentação caixa com 10 unidades.	caixa	80	0	18	98
9	DOCE EM CORTE DE GOIABA (GOIABADA) – Em massa homogênea e de consistência que possibilite o corte. Obtido das partes comestíveis desintegradas da goiaba, com açúcar, contendo pectina, ajustador de pH. Isento de sujidades, larvas e parasitas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagem primária de aproximadamente 500 g. Embalado em caixa de papelão reforçado com validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	145	0	85	230
10	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO - Especial sem fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. Não pode estar úmida, fermentada, nem rançosa. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote aproximadamente 1 kg. Apresentação fardo com 10 unidades.	fardo	230	0	300	530

Assinado por 3 pessoas: RENATA REGINA DA SILVA MELO, LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA e FABIANO AFONSO REIS E SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE> e informe o código 181A-1EB9-EAE1-34CE



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

11	FERMENTO SECO , biológico em pó, para pães e massas panificáveis. Embalado a vácuo em papel alumínio, embalagem contendo aproximadamente 500g. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Caixa com 24 unidades.	caixa	0	0	60	60
12	MAIONESE – Emulsão cremosa, obtida com ovos e óleos vegetais, com adição de condimentos. Contendo substâncias comestíveis e corantes, apresentando consistência cremosa e cor amarela claro, com cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e com seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação. Acondicionada em embalagem primária de aproximadamente 200g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	85	0	72	157
13	MASSA PARA LASANHA - Massa pré cozida formato lasanha, com ovos e glúten, embalagem plástica atóxica de aproximadamente 200g, transparente, atóxica com rotulagem nutricional obrigatória, registro em órgão pertinente e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	120	0	50	170
14	MILHO EM CONSERVA - ingredientes grãos de milho cozido/água e sal, prazo de validade 2 anos. Embalagem com dizeres de rotulagem; de acordo com legislação em vigor; embalagem de aproximadamente 200g. Caixa com 24 unidades.	caixa	0	0	72	72
15	MISTURA PARA CANJQUINHA – Mistura para o preparo de canjiquinha contendo fubá enriquecido com ferro, açúcar, fécula de mandioca e sal, aromatizantes, sem glúten. Embalagem primária de aproximadamente 200g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega do produto. Apresentação caixa com 50 unidades.	caixa	100	0	144	244

Assinado por 3 pessoas: RENATA REGINA DA SILVA MELO, LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA e FABIANO AFONSO REIS E SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE> e informe o código 181A-1EB9-EAE1-34CE



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

16	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAUS – Mistura a base de amido de milho para o preparo de mingaus, enriquecida com vitaminas e minerais. Sabor tradicional. Embalagem primária de aproximadamente 200 g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	70	0	36	106
17	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAUS – Mistura a base de amido de milho para o preparo de mingaus, enriquecida com vitaminas e minerais. Sabor chocolate. Embalagem primária de aproximadamente 200 g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	70	0	36	106
18	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAUS – Mistura a base de amido de milho para o preparo de mingaus, enriquecida com vitaminas e minerais. Sabor morango. Embalagem primária de aproximadamente 200 g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	70	0	36	106
19	PÁPRICA DEFUMADA - Condimento em pó, puro (sem adição de amido), com sabor e odor característico, isento de sujidades ou parasitas, acondicionado em embalagem primária de aproximadamente 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso. Deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com aproximadamente 12 unidades.	caixa	40	0	0	40

Assinado por 3 pessoas: RENATA REGINA DA SILVA MELO, LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA e FABIANO AFONSO REIS E SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE> e informe o código 181A-1EB9-EAE1-34CE



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

85	SUCO PRONTO PARA BEBER - sabor laranja, caixinha com 200ml, acompanha canudo, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, informação dos ingredientes e composição nutricional Embalagem caixa c/ 24x 200ml	caixa	0	0	800	800
86	SUCO PRONTO PARA BEBER - sabor morango, caixinha com 200ml, acompanha canudo, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, informação dos ingredientes e composição nutricional Embalagem caixa c/ 24x 200ml.	caixa	0	0	800	800
87	SUCO PRONTO PARA BEBER , sabor Uva, caixinha com 200ml, acompanha canudo, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, informação dos ingredientes e composição nutricional. Validade mínima de 6 meses. Embalagem caixa c/ 24x 200ml.	caixa	0	0	800	800

Assinado por 3 pessoas: RENATA REGINA DA SILVA MELO, LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA e FABIANO AFONSO REIS E SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE> e informe o código 181A-1EB9-EAE1-34CE



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III - CARDÁPIO DE REFEIÇÕES PROPOSTAS

1. SECRETARIA DE SAÚDE

Os cardápios apresentados a seguir são das maiores unidades de saúde, apenas para fins exemplificativos das refeições propostas:



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE PACIENTES- BRANDA (JULHO)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ
PAPA DE AVEIA	PAPA DE AMIDO	PAPA DE CREMOGEMA	PAPA DE AVEIA	PAPA DE AMIDO	PAPA DE CREMOGEMA	PAPA DE AVEIA
BANANA COMPRIDA	PÃO COM SOJA	BANANA COMPRIDA	INHAME	MACAXEIRA	BANANA COMPRIDA	BATATA DOCE
PÃO	-	OVO REFOGADO	SOJA	OVO	OVO REFOGADO	OVO
OVO	-	PÃO			PÃO	
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL
FEIJÃO CARIOCA	FEIJÃO PRETO	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO CARIOCA	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO PRETO	FEIJÃO MACASSA
FRANGO ASSADO	CARNE GUISADA	ISCA DE PATINHO	ISCA DE FRANGO COM LEGUMES	CARNE MOIDA	CARNE GUISADA	GALINHA NO MOLHO (PEITO)
PURÊ DE BATATA DOCE	COUVE REFOGADA	ABOBRINHA REFOGADA	REPOLHO REFOGADO	PURÊ DE JERIMUM	PURÊ DE MACAXEIRA	LEGUMES COZIDOS
FRUTA	SUCO	FRUTA	SUCO	FRUTA	SUCO	FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
CANJA	SOPA DE CARNE	SOPA DE FEIJÃO	CANJA	SOPA DE LEGUMES	SOPA DE FEIJÃO	SOPA DE CARNE
INHAME	MACAXEIRA	ARROZ INTEGRAL+PURÊ	BATATA DOCE	MACAXEIRA	INHAME	BATATA DOCE
CARNE MOÍDA	FRANGO ASSADO	CARNE DESFIADA NA PRESSÃO	ISCA DE PATINHO	GALINHA GUISADA(PEITO)	BIFE MOLHO	ISCA DEFRANGO
PÃO	PÃO	PÃO	PÃO	PÃO	PÃO	PÃO
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE PACIENTE-BRANDA (LANCHES) - JULHO						
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ
SUCO+BOLACHA	VITAMINA	BISCOITO COM SUCO	FRUTA	BISCOITO COM SUCO	VITAMINA	BISCOITO COM SUCO
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
BOLO DE BANANA	SALADA DE FRUTAS	FRUTA	SUCO+BOLACHA	BOLO DE BANANA	BOLO DE AVEIA	VITAMINA
			SUPLEMENTAÇÃO			
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
LEITE COM CANELA	LEITE OU CHÁ+BOLACHA	LEITE COM ACHOCOLATADO	LEITE COM CANELA	LEITE OU CHÁ+BOLACHA	LEITE ACHOCOLATADO	LEITE OU CHÁ+BOLACHA
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	EXCETO PARA DIABETICOS!	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	EXCETO PARA DIABETICOS!	SUPLEMENTAÇÃO

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE PACIENTE-LÍQUIDA						
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO
LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO
SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
CALDO	CALDO	CALDO	CALDO	CALDO	CALDO	CALDO
LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ

CARDÁPIO DE PACIENTE-LÍQUIDA (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ
VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO
ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO



CARDAPIO PACIENTES- PASTOSA

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
MINGAU DE CREMOGEMA	MINGAU DE AVEIA	PAPA DE AMIDO	MINGAU DE CREMOGEMA	MINGAU DE AMIDO	MINGAU DE AVEIA	MINGAU DE CREMOGEMA
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
PURÊ DE LEGUMES	CALDO DE FEIJÃO	PURÊ DE MACAXEIRA	PURÊ DE BATATA DOCE	CALDO DE FEIJÃO	PURÊ DE LEGUMES	PURÊ DE JERIMUM
SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
SOPA/ CALDO	CREME DE MACAXEIRA	SOPA/ CALDO	PURÊ DE INHAME	SOPA/ CALDO	CREME DE BATATA DOCE	SOPA/ CALDO
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ

CARDÁPIO DE PACIENTE-PASTOSA (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ
VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO
ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



CARDAPIO FUNCIONARIOS

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
BANANA COMPRIDA	CUSCUZ	BATATA DOCE	INHAME	MACAXEIRA	CUSCUZ	BATATA DOCE
PAPA CREMOGEMA	SALSICHA C/ MOLHO	CALABRESA ACEBOLADA	SALSICHA ACEBOLADA/OVO	OVOS MEXIDOS	SOJA REFOGADA SALSICHA	SALSICHA NO MOLHO OVO
PÃO ASSADO	PÃO	PÃO	PÃO ASSADO	PÃO	PÃO	PÃO
OVO MEXIDO	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ
CAFÉ	-	-	-	-	-	-
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
SALADA CRUA	SALADA CRUA	VINAGRETE	SALADA CRUA	SALADA CRUA	SALADA CRUA	SALADA CRUA
LEG MAIONESE	JERIMUM REFOGADO	LEGUMES COZIDOS	COUVE	BATATA GRATINADA	COUVE REFOGADO	LEG. COZIDO
XEREM	FAROFA	ARROZ BRANCO	MACARRÃO AO MOLHO C/CENOURA	MACARRÃO TALHARIM	ARROZ REFOGADO	MACARRÃO ALHO/ÓLEO
ARROZ REFOGADO	ARROZ REFOGADO	PIRÃO	ARROZ REFOGADO	ARROZ REFOGADO	FAROFA C/ CALABREZA	ARROZ REFOGADO
FEIJÃO TROPEIRO	FEIJÃO PRETO	FEIJÃO	FEIJÃO PRETO REFOGADO COM CALABRESA	FEIJÃO MACASSAR	FEIJOADA	FEIJÃO MACASSAR REFOGADO COM CHARQUE
GALINHA NO MOLHO	BIFE MOLHO	CARNE GUISADA	ISCA DE FRANGO COM LEGUMES	PEIXE EMPANADO	CARNE ACEBOLADA	COXA DE FRANGO ASSADO
DOCE	DOCE	FRUTA	DOCE	FRUTA	FRUTA	FRUTA
JANTAR	JANTAR	FRUTA	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
CANJA	SOPA DE FEIJÃO	CANJA	JANTAR	SOPA	SOPA CARNE	CANJA
BATATA DOCE	MACAXEIRA	ARROZ REFOGADO	SOPA	MACAXEIRA	CUSCUZ TEMPERADO	MACARRÃO/PURÊ
ISCA DEFRANGO	FRANGO ASSADO	ISCA DE PATINHO ACEBOLADO	XERÉM	FIGADO ACEBOLADO	CHARQUE E CALABREZA	CARNE MOÍDA
PÃO	PÃO	PURÊ	FRANGO GUISADO	PÃO	PÃO	PÃO



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CAFÉ	CAFÉ	PÃO	PÃO	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ
------	------	-----	-----	------	------	------

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.

CARDÁPIO DE FUNCIONARIOS (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
CACHORRO QUENTE	BISCOITO	BOLO	TORRADA C/ <u>PATÊ</u>	<u>MUNGUNZÁ</u>	BISCOITO COM DOCE	SALADA DE FRUTAS C/ BISCOITO
SUCO	ACHOCOLATADO	CAFÉ	SUCO	-		
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
TORRADA C/ <u>PATÊ</u>	CACHORRO QUENTE	TORTA SALGADA	BOLO	BISCOITO	TORRADA C/ <u>PATÊ</u>	BOLO
SUCO	SUCO	-	-	ACHOCOLATADO	SUCO	-

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE PACIENTES- BRANDA

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ
PAPA DE AVEIA	PAPA DE AMIDO	PAPA DE CREMOGEMA	PAPA DE AVEIA	PAPA DE AMIDO	PAPA DE CREMOGEMA	PAPA DE AVEIA
BANANA COMPRIDA	SANDUICHE QUEIJO	BANANA COMPRIDA	INHAME	MACAXEIRA	BANANA COMPRIDA	BATATA DOCE
PÃO	-	OVO	QUEIJO	OVO	QUEIJO COALHO	OVO
OVO	-	PÃO			PÃO	
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL	ARROZ/ARROZ INTEGRAL
FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO MACASSA	FEIJÃO MACASSA
FRANGO ASSADO	CARNE GUISADA	ISCA DE PATINHO	ISCA DE FRANGO COM LEGUMES	CARNE MOIDA	CARNE GUISADA	GALINHA NO MOLHO (PEITO)
LEGUMES COZIDOS	<u>PURÊ</u> DE BATATA DOCE	ABOBRINHA REFOGADA	LEGUMES COZIDOS	<u>PURÊ</u> DE JERIMUM	<u>PURÊ</u> DE MACAXEIRA	LEGUMES COZIDOS
FRUTA	SUCO	FRUTA	SUCO	FRUTA	SUCO	FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
CANJA	SOPA DE FEIJÃO	SOPA CARNE	CANJA	SOPA	SOPA	CANJA
INHAME	MACAXEIRA	CUSCUZ BRANCO	BATATA DOCE	MACAXEIRA	INHAME	BATATA DOCE
CARNE MOIDA	FRANGO ASSADO	CARNE GUISADA	ISCA DE PATINHO	GALINHA GUISADA(PEITO)	BIFE MOLHO	ISCA DEFRANGO
PÃO	PÃO	PÃO	PÃO	PÃO	PÃO	PÃO
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Clique duas vezes para editar o cabeçalho

HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE PACIENTE-BRANDA (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ
BOLO DE BANANA	VITAMINA	SALADA DE FRUTAS	FRUTA	BISCOITO COM SUCO	BOLO DE AVEIA	VITAMINA
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
SUCO	SALADA DE FRUTAS	BISCOITO COM SUCO	FRUTA	BOLO DE BANANA	VITAMINA	SUCO
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



Clique duas vezes para editar o cabeçalho

HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE PACIENTE-LÍQUIDA

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO
LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO	CALDO DE FEIJÃO
SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
CALDO	CALDO	CALDO	CALDO	CALDO	CALDO	CALDO
LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ	LEITE/ CAFÉ/ CHÁ

CARDÁPIO DE PACIENTE + LÍQUIDA (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ
VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO
ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO PACIENTES- PASTOSA

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
MINGAU DE CREMOGEMA	MINGAU DE AVEIA	PAPA DE AMIDO	MINGAU DE CREMOGEMA	MINGAU DE AMIDO	MINGAU DE AVEIA	MINGAU DE CREMOGEMA
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
PURÊ DE LEGUMES	CALDO DE FEIJÃO	PURÊ DE MACAXEIRA	PURÊ DE BATATA DOCE	CALDO DE FEIJÃO	PURÊ DE LEGUMES	PURÊ DE JERIMUM
SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA	SUCO DA FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
SOPA/ CALDO	CREME DE MACAXEIRA	SOPA/ CALDO	PURÊ DE INHAME	SOPA/ CALDO	CREME DE BATATA DOCE	SOPA/ CALDO
CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ	CHÁ

CARDÁPIO DE PACIENTE-PASTOSA (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ	LANCHE MANHÃ
VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA	VITAMINA
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO	SUCO
ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA	ALBUMINA
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE	LEITE
SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM + TOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



HOSPITAL MUNICIPAL MANOEL AFONSO
SETOR DE NUTRIÇÃO

CARDÁPIO DE FUNCIONARIOS (LANCHES)

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE	LANCHE DA TARDE
CACHORRO QUENTE	BISCOITO	BOLO	TORRADA C/ PATÊ	MUNGUNZÁ	BISCOITO COM DOCE	SALADA DE FRUTAS C/ BISCOITO
SUCO	ACHOCOLATADO	CAFÉ	SUCO	-	-	-
LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA	LANCHE DA CEIA
TORRADA C/ PATÊ	CACHORRO QUENTE	TORTA SALGADA	BOLO	BISCOITO	TORRADA C/ PATÊ	BOLO
SUCO	SUCO	-	-	ACHOCOLATADO	SUCO	-

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O ESTOQUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARDÁPIO FUNCIONARIOS						
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM	DESJEJUM
FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA	FRUTA
BANANA COMPRIDA	CUSCUZ	BATATA DOCE	INHAME	MACAXEIRA	CUSCUZ	BATATA DOCE
PAPA CREMOGEMA	SALSICHA C/ MOLHO	CALABRESA	SALSICHA	OVOS MEXIDOS	SOJA REFOGADA	SALSICHA NO MOLHO
		ACEBOLADA	ACEBOLADA/OVO		SALSICHA	OVO
PÃO ASSADO	PÃO	PÃO	PÃO ASSADO	PÃO	PÃO	PÃO
OVO MEXIDO	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ
CAFÉ	-	-	-	-	-	-
ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
SALADA CRUA	SALADA CRUA	VINAGRETE	SALADA CRUA	SALADA CRUA	SALADA CRUA	SALADA CRUA
LEG MAIONESE	JERIMUM REFOGADO	LEGUMES COZIDOS	COUVE	BATATA GRATINADA	COUVE REFOGADO	LEG. COZIDO
XEREM	FAROFÁ	ARROZ BRANCO	MACARRÃO AO MOLHO C/CENOURA	MACARRÃO TALHARIM	ARROZ REFOGADO	MACARRÃO ALHO/ÓLEO
ARROZ REFOGADO	ARROZ REFOGADO	PIRÃO	ARROZ REFOGADO	ARROZ REFOGADO	FAROFÁ C/ CALABREZA	ARROZ REFOGADO
FEIJÃO TROPEIRO	FEIJÃO PRETO	FEIJÃO	FEIJÃO PRETO REFOGADO COM CALABRESA	FEIJÃO MACASSAR	FEIJÃO	FEIJÃO MACASSAR REFOGADO COM CHARQUE
GALINHA NO MOLHO	BIFE MOLHO	CARNE GUISADA	ISCA DE FRANGO COM LEGUMES	PEIXE EMPANADO	CARNE ACEBOLADA	COXA DE FRANGO ASSADO
DOCE	DOCE	FRUTA	DOCE	FRUTA	FRUTA	FRUTA
JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR
CANJA	SOPA DE FEIJÃO	CANJA	JANTAR	SOPA	SOPA CARNE	CANJA
BATATA DOCE	MACAXEIRA	ARROZ REFOGADO	SOPA	MACAXEIRA	CUSCUZ TEMPERADO	MACARRÃO/PURÊ
ISCA DEFRANGO	FRANGO ASSADO	ISCA DE PATINHO ACEBOLADO	XERÉM	FIGADO ACEBOLADO	CHARQUE E CALABREZA	CARNE MOÍDA
PÃO	PÃO	PURÊ	FRANGO GUISADO	PÃO	PÃO	PÃO
CAFÉ	CAFÉ	PÃO	PÃO	CAFÉ	CAFÉ	CAFÉ

OBS.: CARDÁPIO PODE SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O QUE, COMUNICAR COM A NUTRICIONISTA E AUXILIAR DE NUTRIÇÃO.



CARDÁPIO DEZEMBRO 2023						
DESJEJUM						
SABADO 09-12	DOMINGO 10-12	SEGUNDA 11-12	TERÇA 12-12	QUARTA 13-12	QUINTA 14-12	SEXTA 15-12
Pão assado Tapioca de frango (todos) Mungunzá (todos) Papa de amido (para branda) Café Suco (paciente)	Pão assado Carne moída Macaxeira Papa de cremogema (todos) Café Suco (paciente)	Pão assado Carne moída Cuscuz Papa de amido (todos) Café Suco (paciente)	Pão assado Carne moída Macaxeira Papa de mandioca (todos) Café Papa de aveia Suco (paciente)	Pão assado Carne moída Cuscuz Papa de cremogema (todos) Café Suco (paciente)	Pão assado Carne moída Macaxeira Papa de amido (todos) Café Suco (paciente)	Pão assado Carne moída Cuscuz Papa de mandioca (todos) Café Suco (paciente)
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

ALMOÇO						
SABADO 09-12	DOMINGO 10-12	SEGUNDA 11-12	TERÇA 12-12	QUARTA 13-12	QUINTA 14-12	SEXTA 15-12
Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Frango assado Arroz Feijão Farofa Abacaxi Doce (paciente)	Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Carne assada Arroz Feijão Farofa Abacaxi Doce (paciente)	Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Pirão Carne cozida Arroz Feijão Farofa Doce	Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Carne assada Arroz e macarrão Feijão Farofa Doce	Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Frango assado Arroz Feijão Farofa Doce	Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Carne cozida Arroz Feijão Farofa Doce	Salada crua e cozida (o que tiver disponível) Peixe empanado e cozido Frango cozido para paciente Arroz e macarrão Feijão Farofa Doce
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível. Ofertar ovo, soja ou sardinha (de acordo com a disponibilidade) para quem não quiser a proteína do cardápio.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



JANTAR FUNCIONÁRIO						
SÁBADO 09-12	DOMINGO 10-12	SEGUNDA 11-12	TERÇA 12-12	QUARTA 13-12	QUINTA 14-12	SEXTA 15-12
Sopa Cuscuz Carne cozida Arroz Pão Cafê	Sopa Macaxeira Frango assado Arroz Pão Cafê	Sopa Cuscuz Frango assado Arroz Pão Cafê	Sopa Macaxeira Frango assado Arroz Pão Cafê	Sopa Cuscuz Carne cozida Arroz Pão Cafê	Sopa Macaxeira Frango assado Arroz Pão Cafê	Sopa Cuscuz Carne cozida Arroz Pão Cafê
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

JANTAR ACOMPANHANTE						
SÁBADO 09-12	DOMINGO 10-12	SEGUNDA 11-12	TERÇA 12-12	QUARTA 13-12	QUINTA 14-12	SEXTA 15-12
Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

JANTAR PACIENTE						
SÁBADO 09-12	DOMINGO 10-12	SEGUNDA 11-12	TERÇA 12-12	QUARTA 13-12	QUINTA 14-12	SEXTA 15-12
Sopa Cuscuz Carne cozida Pão Suco	Sopa Macaxeira Frango assado Pão Suco	Sopa Cuscuz Frango assado Pão Suco	Sopa Macaxeira Frango assado Pão Suco	Sopa Cuscuz Carne cozida Pão Suco	Sopa Macaxeira Frango assado Pão Suco	Sopa Cuscuz Carne cozida Pão Suco
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			



LANCHE						
SÁBADO 09-12	DOMINGO 10-12	SEGUNDA 11-12	TERÇA 12-12	QUARTA 13-12	QUINTA 14-12	SEXTA 15-12
Vitamina de mamão com bolacha	Suco com bolacha	Vitamina de mamão com bolacha	Vitamina de mamão com bolacha	Suco com bolacha	Vitamina de mamão com bolacha	Suco com bolacha
Suco com bolacha	Vitamina de mamão com bolacha	Torrada com suco	Suco com bolacha	Vitamina de mamão com bolacha	Torrada com suco	Vitamina de mamão com bolacha
Maça com bolacha	Torrada com suco	Bolo com suco	Maça com bolacha	Torrada com suco	Bolo com suco	Torrada com suco
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



CARDÁPIO NOVEMBRO 2023

DESJEJUM						
SÁBADO 11-11	DOMINGO 12-11	SEGUNDA 13-11	TERÇA 14-11	QUARTA 15-11	QUINTA 16-11	SEXTA 17-11
Mamão e Melão Pão assado Soja Macaxeira Papa de mandioca (todos) Café Chá de camomila ou erva doce (paciente)	Mamão e Melão Pão assado Soja Batata doce Papa de amido (todos) Café Chá de camomila ou erva doce (paciente)	Mamão e Melão Pão assado Soja Cará Papa de aveia (todos) Café Chá de camomila ou erva doce (paciente)	Mamão e Melão Pão assado Soja Macaxeira Papa de amido (todos) Café Papa de aveia Chá de camomila ou erva doce (paciente)	Mamão e Melão Pão assado Soja Batata doce Papa de amido (todos) Café Chá de camomila ou erva doce (paciente)	Mamão e Melão Pão assado Soja Cará Papa de mandioca (todos) Café Chá de camomila ou erva doce (paciente)	Mamão e Melão Pão assado Soja Macaxeira Papa de amido (todos) Café Chá de camomila ou erva doce (paciente)
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

ALMOÇO						
SÁBADO 11-11	DOMINGO 12-11	SEGUNDA 13-11	TERÇA 14-11	QUARTA 15-11	QUINTA 16-11	SEXTA 17-11
Salada crua: alface, <u>acelga</u> , tomate, cebola, pimentão, pepino Salada cozida: legumes na maionese Maxixe no coco Peito de frango assado Arroz com couve Feijão mulatinho Farofa Laranja	Salada crua: Alface, <u>acelga</u> , tomate, cebola, pepino Salada cozida: Legumes cozidos e couve refogada Quiabada Peito de frango assado Arroz Feijão mulatinho Farofa Melancia	Salada crua: <u>vinagrete</u> Salada cozida: Legumes do pirão Pirão Carne cozida Arroz Feijão mulatinho Laranja	Salada crua: salada tropical Salada cozida: <u>purê</u> de <u>jerimum</u> , batata <u>sautê</u> e beterraba cozida Frango assado Arroz Macarrão Feijão mulatinho Farofa Melancia	Salada: Alface, tomate, <u>pepino</u> , beterraba e cenoura ralada Legumes maionese Repolho refogado Carne cozida Arroz com couve Feijão mulatinho Farofa Laranja	Salada crua: alface, <u>acelga</u> , tomate, cebola, pimentão, pepino Salada cozida: legumes cozidos Maxixe no coco Frango assado Arroz Feijão mulatinho Farofa Abacaxi e Laranja	Salada crua: salada tropical Salada cozida: batata <u>sautê</u> , <u>quiabada</u> , <u>Beterraba</u> cozida e repolho refogado Peixe (empanado e no molho) Frango cozido (paciente) Arroz Macarrão Feijão mulatinho Farofa Abacaxi e laranja
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível. Ofertar ovo, soja ou sardinha (de acordo com a disponibilidade) para quem não quiser a proteína do cardápio.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

JANTAR FUNCIONÁRIO						
SÁBADO 11-11	DOMINGO 12-11	SEGUNDA 13-11	TERÇA 14-11	QUARTA 15-11	QUINTA 16-11	SEXTA 17-11
Sopa de feijão Cará Carne acebolada Arroz Pão Café	Sopa de feijão Macaxeira Carne cozida Arroz Pão Café	Sopa de carne Lasanha de frango Arroz Pão Café	Sopa de carne Cará Carne cozida Arroz Pão Café	Sopa de feijão Macaxeira Frango assado Arroz Pão Café	Sopa de feijão Batata doce Carne cozida Arroz Pão Café	Sopa de feijão Cará Carne acebolada Arroz Pão Café
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

JANTAR ACOMPANHANTE						
SÁBADO 11-11	DOMINGO 12-11	SEGUNDA 13-11	TERÇA 14-11	QUARTA 15-11	QUINTA 16-11	SEXTA 17-11
Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café	Sopa + pão + café
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			

JANTAR PACIENTE						
SÁBADO 11-11	DOMINGO 12-11	SEGUNDA 13-11	TERÇA 14-11	QUARTA 15-11	QUINTA 16-11	SEXTA 17-11
Sopa de feijão Cará Carne acebolada Pão Chá de camomila ou erva doce	Sopa de feijão Macaxeira Carne cozida Pão Chá de camomila ou erva doce	Sopa de carne Lasanha de frango Arroz Pão Chá de camomila ou erva doce	Sopa de carne Cará Carne cozida Pão Chá de camomila ou erva doce	Sopa de feijão Macaxeira Frango assado Pão Chá de camomila ou erva doce	Sopa de feijão Batata doce Carne cozida Pão Chá de camomila ou erva doce	Sopa de feijão Cará Carne acebolada Pão Chá de camomila ou erva doce
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						
SETOR DE NUTRIÇÃO			MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES			



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Clique duas vezes para editar o cabeçalho



LANCHE						
SÁBADO 11-11	DOMINGO 12-11	SEGUNDA 13-11	TERÇA 14-11	QUARTA 15-11	QUINTA 16-11	SEXTA 17-11
Bolacha com suco	Vitamina de banana + biscoito	Caldo de legumes	Vitamina de banana + biscoito	Caldo de legumes	Vitamina de goiaba e biscoito	Caldo de legumes
Vitamina goiabada e bolacha	Bolacha com suco	Torrada com suco	Pipoca (todos) e suco	Torrada com suco	Torrada com chá	Torrada com suco
Bolacha com suco	Torrada com suco	Bolo com chá	Bolacha com suco	Bolo com chá	Bolacha com suco	Bolo com chá
OBS: Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.						

SETOR DE NUTRIÇÃO

MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARUARU - SANTA DULCE DOS POBRES



2. SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARDÁPIO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

DESJEJUM						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Fruta Pão Ovo mexido Cará Papa de aveia Cafê ou chá	Fruta Pão Carne moida Batata doce Papa de amido Suco ou café	Fruta Salsicha com molho Cuscuz Banana cozida Cafê com leite	Fruta Pão assado Ovo mexido Banana cozida Papa de mandioca Cafê	Fruta Pão Queijo assado Macaxeira cozida Carne moida Suco ou café	Fruta Pão assado Cará Ovo mexido Cafê	Fruta Pão assado Carne moida Papa de macaxeira Cará Suco ou café

LANCHE						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Vitamina de frutas	Biscoito com suco	Banana com farinha láctea	Tapioca de queijo	Frutas com aveia	Vitamina de frutas	Pipoca de milho com suco

ALMOÇO						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Salada crua Legumes cozidos Isca de frango assado Arroz Feijão mulatinho Fruta ou Suco	Salada crua Purê de batata Legumes cozidos Frango cozido Xerém Arroz Fruta ou suco	Salada crua Torta de legumes Carne cozida Arroz Macarrão ao molho Feijão macassar Farofa de cenoura Fruta ou suco	Salada crua Frango Assado Arroz integral Macarrão Feijão preto Farofa Fruta ou suco	Salada crua Batata gratinada Legumes cozidos Isca de fígado Aceloladas Arroz Feijão macassar Fruta ou suco	Salada crua Legumes cozidos Peixe assado ou ao molho Arroz refogado Macarrão Feijão preto Farofa Fruta ou suco	Salada crua Purê de batata Bife ao molho Arroz de forno Macarrão alho e óleo Feijão Preto Farofa Fruta ou suco

LANCHE						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Salada de frutas Leite em pó	Mungunzá	Tapioca	Bolacha com suco	Vitamina de frutas	Canjiquinha	Bolo com suco

JANTAR						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Sopa de carne Pão com ovo Chá ou suco	Escondidinho de macaxeira com carne moida ou charque Chá ou suco	Batata doce com calabresa acebolada ou toscana Pão Chá ou suco	Cuscuz com carne ao molho Leite Pão Chá ou suco	Cará com bife ao molho Pão com ovo Chá ou suco	Canja ou sopa Banana cozida Queijo Chá ou suco	Cará com carne moida Pão com queijo Chá ou suco

LANCHE						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Bolo com suco	Biscoito com chá	Vitamina de frutas	Pão assado com leite	Achocolatado com bolacha	Sanduíche de queijo	Torradas com suco

OBS: Na falta da proteína sugerida no dia, pode ser substituída por outra. Cardápio pode sofrer alterações de acordo com o estoque disponível.

3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Tempo Integral Modalidade de ensino: Fundamental I e II - Zona Urbana- Faixa etária: 6 a 15 anos

Semana	Refeição/horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º semana	Lanche da Manhã 09:00-09:30	Cuscuz, com leite	Mingau de aveia com banana	Vitamina de fruta e Bolacha doce	Papa de amido/aveia	Suco com bolacha salgada
	Almoço 12:00-12:30	Pirão de carne bovina com osso Arroz Legumes cozidos* Vinagrete Fruta	Feijoada de legumes Arroz Farofa Guisado de Soja Vinagrete Fruta	Feijão Macarrão Carne bovina com osso Salada crua** Fruta	Arrumadinho (feijão, farinha) Arroz Frango guisado Vinagrete Fruta	Macarronada com carne moída e soja Purê de batatas Suco
	Lanche da Tarde 15:00-15:30	Canja (Arroz, legumes e frango)	Cuscuz com leite	Macaxeira Guisado de soja com legumes	Sopa de feijão com legumes e macarrão	Cuscuz temperado (soja e vinagrete) Suco

Semana	Refeição/horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
2º semana	Lanche da Manhã 09:00-09:30	Mungunzá	Papa de amido/aveia	Cuscuz com leite	Vitamina de fruta e Bolacha doce	Cuscuz com leite
	Almoço 12:00-12:30	Virado de feijão Arroz Frango ao molho Salada crua Fruta	Feijão Macarrão Carne bovina guisada com legumes cozidos*	Feijão Macarrão Farofa Carne bovina guisada Fruta	Estrogonofe de frango Arroz Purê de batata doce/macaxeira Salada crua Fruta	Arroz Pirão vegetal Guisado de soja Vinagrete Fruta
	Lanche da Tarde 15:00-15:30	Batata doce com guisado de soja	Canja (arroz, frango e legumes)	Risoto de Frango	Cuscuz temperado (soja, e vinagrete)	Sopa de feijão com legumes e macarrão

Rua Fernando Pontes Filho, 409 A – Agamenon Magalhães / Caruaru – PE

CEP: 55034-060



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



	Lanche da Tarde 15:00-15:30	Mungunzá	Sopa de feijão com legumes e macarrão	Batata doce com soja ao molho	Cuscuz temperado (soja e vinagrete) suco	Canja (arroz, frango e legumes)
--	---------------------------------------	----------	---------------------------------------	-------------------------------	--	---------------------------------

Atenção: A quinta semana deverá ser utilizada apenas quando o mês possuir 5 semanas.

Faixa etária: 6 a 15 anos

Semana	Refeição/horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
5ª semana	Lanche da Manhã 09:00-09:30	Papa de amido/aveia	Suco com bolacha salgada e fruta	Cuscuz com leite	Vitamina de fruta e bolacha doce	Cuscuz com leite
	Almoço 12:00-12:30	Feijão Macarrão Guisado de soja Salada crua** Fruta	Feijão Arroz Frango assado ao forno Farofa Salada crua** Fruta	Pirão vegetal Arroz Legumes cozidos* Guisado de soja Vinagrete Fruta	Macarrona da com carne moida Purê de batata/macaxeira Suco	Feijoada vegetal farofa, Arroz Frango guisado Vinagrete Fruta
	Lanche da Tarde 15:00-15:30	Cuscuz com leite	Sopa de feijão com legumes e macarrão	Xerém com frango ao molho e legumes	Canja (arroz, frango e legumes)	Macaxeira Com guisado de soja com legumes



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 181A-1EB9-EAE1-34CE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RENATA REGINA DA SILVA MELO (CPF 013.XXX.XXX-42) em 21/08/2024 09:16:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LIANNA THERESA INTERAMINENSE VALENÇA (CPF 053.XXX.XXX-70) em 21/08/2024 09:17:25 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FABIANO AFONSO REIS E SILVA (CPF 007.XXX.XXX-02) em 21/08/2024 14:53:40 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/181A-1EB9-EAE1-34CE>

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AO

MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0 _____ 2024 – UC-P

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DE ABERTURA: ____/____/2024, ÀS ____:____ HORAS.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, estabelecida no(a) _____vem, perante este Pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para o fornecimento do objeto supramencionado, conforme descrição abaixo:

ITEM	PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO /UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

Valor total da proposta: R\$ _____(valor por extenso)

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;

Prazo de entrega do objeto: **72 horas, contadas em dias úteis, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento**, conforme Edital.

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre o fornecimento.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

DADOS PARA PAGAMENTO:

Banco:

Agência:

Conta:

Local, _____de _____de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa
(identificação/nome/carimbo/etc)

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

AO

MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0 ____/2024 – UC-P

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DE ABERTURA: ____/____/2024, ÀS ____:____ HORAS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SDS/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA
ASSINATURA

_____, ____ de _____ de 2024.

✍

Nome, Ass. e CNPJ.

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 90054/2024 – UC-P.

SRP 009/2024 – UC-P.

ARP Nº ____/2024 – UC-P.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA _____ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:

O **MUNICÍPIO DE CARUARU** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, por intermédio da **SECRETARIA DE SAÚDE**, representada pelo Secretário, o sr. **George Veloso de Melo**, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na cidade de Caruaru/PE, inscrito no CPF nº 769.XXX.XXX-87 e a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, representada pela Secretária, a sra **Hannah Miranda Morais**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Caruaru-PE, inscrita no CPF sob o nº 079.XXX.XXX-06, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2024 - UC-P** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024 - UC-P**, conforme **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2024- UC-P**; **RESOLVE Registrar os Preços** ofertados pela empresa_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, aqui representada por seu representante legal _____ (qualificação) doravante denominado simplesmente de **FORNECEDOR REGISTRADO**; atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes as normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 010/2024; pela LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, o de 2017, e mediante as condições a seguir expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para o fornecimento eventual de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: POLPAS E LATÍCIÍNIOS**, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS e do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SDSDH, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

§ 1º. Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e de administração referentes às cláusulas estabelecidas nesta Ata.

§ 2º. A contratação com o FORNECEDOR registrado será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

§ 3º. A existência de preços registrados nesta Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta de preços são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	VALOR TOTAL
10.	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	QUILO			
11.	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	QUILO			

2.2 DISTRIBUIÇÃO DE ITENS POR SECRETARIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SMS	SDSDH	TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	440	1000	1440
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	400	800	1200

§ 1º. No valor registrado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da presente Ata.

§ 2º. Poderá ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro quanto aos preços registrados, nos termos na alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133, desde que os valores continuem mais vantajosos que os preços praticados no mercado e seja observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º da Cláusula Sexta desta Ata.

§ 3º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo das despesas estabelecidas nesta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes desta Ata de Registro de Preços.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. Os órgãos gerenciadores serão: o Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS e o Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos -.

4.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá (ão) manter as mesmas condições de qualidade no Fornecimento/Prestação dos serviços, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste documento, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 A presente Ata de Registro de Preços tem **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser **prorrogado**, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 010/2024.

§ 2º. A prorrogação da Ata de Registro de Preços importará no acréscimo dos quantitativos nela fixados.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, no horário de 08h às 13h, de acordo com a periodicidade determinada por cada secretaria, conforme ordem de fornecimento, em até **72 horas, contadas em dias úteis**, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento, a qual será emitida pelo Departamento responsável de cada demandante, por meio eletrônico, para atendimento aos locais indicados para entrega;

6.2 Os locais de entrega estão discriminados, por órgão entidade, conforme anexo I;

6.3 Fica a critério do(s) licitante(s) a realização antecipada da visita para prévio conhecimento dos locais de entrega;

6.4 O objeto desta contratação deverá ser entregue, parceladamente, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelos órgãos e entidades participantes, de acordo com suas necessidades;

6.5 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, transportados em veículos com temperatura controlada (entre 18°C e 25°C), bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

6.6 A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.7 O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

6.7.1. Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

6.7.2. O produto não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;

6.7.3. Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo;

6.7.4. O produto não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Termo de Referência e no Edital;

6.7.5. O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor, textura e aspecto dentro do prazo de validade.

6.7.6. O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações no ato da entrega.

6.8 No caso de suspeita quanto às especificações técnicas e à qualidade microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos, a Secretaria/Entidade demandante poderá solicitar análise laboratorial do produto suspeito, sendo o ônus de responsabilidade do fornecedor, a fim de que seja verificado o padrão estabelecido no Termo de Referência e Edital;

6.9 Os produtos deverão obedecer às normas da Vigilância Sanitária para entrega de gêneros alimentícios a fim de garantir a integridade do produto até o destino final, de acordo com os quantitativos, a data de validade e o local de entrega informado previamente nas Ordens de Fornecimento;

6.10 Os produtos serão recebidos pelo Departamento de Alimentação/Nutrição de cada órgão/entidade participante, responsável pelo recebimento dos produtos provenientes de suas solicitações, assim como o acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços;

6.11 Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no item 3, e quantidade, de acordo com a ordem de fornecimento, com conseqüente aceitação, mediante atestado do setor responsável;

6.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais/serviços registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 36 do Decreto Municipal nº 010/2024.

§ 1º. Quando o **preço registrado se tornar superior** ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora deverá convocar o fornecedor para negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado, respeitados os seguintes termos:

I - os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

II - a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

III - a redução do preço registrado será comunicada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR aos órgãos cujos contratos tenham sido formalizados com fundamento no respectivo registro, para avaliarem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

§ 2º. Na hipótese de o **preço de mercado superar** os preços registrados nesta Ata e o FORNECEDOR não puder cumprir com as obrigações nela contidas, ser-lhe-á facultado requerer a revisão dos preços registrados ao ÓRGÃO GERENCIADOR, que poderá:

I - negociar a elevação do(s) preço(s) dos serviços registrado(s), quanto aos itens cujos custos sofreram majoração, desde que comprovada a ocorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem o cumprimento dos preços primitivamente registrados;

II - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a solicitação de negociação ocorra antes do pedido de fornecimento. O FORNECEDOR será liberado sem aplicação de penalidades se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

III - na hipótese do inciso anterior, convocar os demais fornecedores, obedecendo a ordem de classificação no certame que resultou nesta Ata, assegurando igual oportunidade de negociação;

IV - quando não houver comprovação efetiva do desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, indeferir o pedido de revisão, integral ou parcialmente, hipótese na qual o FORNECEDOR continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata quanto aos itens cuja revisão de preços foi negada, sob pena de cancelamento dos preços e de aplicação das penalidades administrativas.

§ 3º. Ainda que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento das obrigações contidas na Ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, para manifestarem se têm interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 4º. A revisão dos preços registrados só será efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR se, cumulativamente, houver deferimento quanto ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e não houver manifestação por integrantes do cadastro de reserva em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 5º. Na hipótese de cancelamento do registro de preços por solicitação de revisão frustrada, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do **cadastro de reserva** para manifestarem se têm interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 6º. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência da Ata de Registro de Preços e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito à revisão dos preços registrados.

§ 7º. O ÓRGÃO GERENCIADOR terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Durante o período de análise, o ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação do FORNECEDOR, poderá suspender novas autorizações de consumo ou de adesão à Ata.

§ 8º. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova planilha de custos e formação de preço, quando for o caso.

§ 9º. Fica estabelecido como critério de reajustamento dos preços registrados nessa Ata o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, nos termos do artigo 1º, III, do Decreto Estadual nº 52.153/2022, e da Lei Estadual nº 17.555/2021, respeitado o interregno mínimo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

§ 10. Em situações excepcionais de flutuação atípica dos preços de mercado, quando a variação do índice adotado implicar reajuste desproporcional, poderá ser negociada entre as partes a adoção de preço compatível.

§ 11. O reajustamento será precedido de requerimento formal do FORNECEDOR, protocolado durante a vigência contratual e respeitada a anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pelo FORNECEDOR, podendo ser formalizado mediante apostilamento.

§ 12. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

8. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

43 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; 34001-SDSDH; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SDSDH; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios; Despesa: 1639.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios; Despesa: 1703.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1790; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1789; 101 –Recursos Próprios; Despesa: 1788.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1810;

128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1811; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1809.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1921; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1922; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1919; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social; Despesa: 1920.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; Despesa: 1876; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1875.

9. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do **FORNECEDOR**:

- I. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- II. Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- III. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- IV. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- V. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- VI. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;
- VII. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;
- VIII. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;
- IX. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- X. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;
- XI. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- XII. Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- XIII. Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;
- XIV. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- XV. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;

XVI. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.

10. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- I. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- V. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- VI. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- VII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;
- XIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIV. O PROPONENTE e o CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - A. Advertência pela falta do subitem “I” desta contratação direta, quando não se justificara imposição de penalidade mais grave;
 - B. Multa de 10% (dez por cento) ART. 156 §3º da Lei nº 14.133/21 sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/prestador, por qualquer das infrações dos subitens “I ao XII”;

C. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

D. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.6. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.7. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - não aceitar o preço revisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

V - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

VI - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho do Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 010/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, diante das seguintes situações:

- I - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços;
- II - razões de interesse público, justificadas pelo Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR.

§ 1º. O FORNECEDOR será notificado para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação acerca do cancelamento.

§ 2º. A notificação a que se refere o parágrafo anterior poderá ser promovida por meio eletrônico ou outro meio hábil, nos termos do art. 39, § 1º, do Decreto Municipal nº 010/2024.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores abaixo designados:

SECRETARIA DE SAÚDE	Gestora Titular: Andrezza Christinne Interaminense, 55.831-7 Gestor Suplente: José Marcone Tôres Júnior, 18.145-6 Fiscal Titular: Renata Regina da Silva Melo, Matrícula 17.988-3 Fiscal Suplente: Paula Fernanda Cordeiro, 18.073-8
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	Gestora Titular: Lianna Theresa Interaminense Valença, Mat. 53.713-8 Gestor Suplente: Paulo Augusto Santos Silva, Matrícula nº 55.916-0 Fiscal Titular: Elizabeth Regina da Silva, Matrícula nº 52.660-7 Fiscal Suplente: Poliana Priscila Silva Lopes, Matrícula nº 58.686-8.

§1º O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

§2º As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

Parágrafo único. O FORNECEDOR, por meio de endereço de e-mail válido, fornecido na etapa de contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o art. 28, § 4º, do Decreto Municipal nº 010/2024, os preços registrados na presente Ata, como condição de sua eficácia, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas nesta Ata de Registro de Preços, as quais permanecerão íntegras.

18.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

SECRETARIA DE SAÚDE
George Veloso de Melo
Órgão Gerenciador

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Hannah Miranda Morais
Órgão Gerenciador

Fornecedor

ANEXO I

LOCAIS DE ENTREGA

1. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS:

- A periodicidade das entregas se dará ante a demanda dos Equipamentos Sociais atendidos.
- As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, sito à Rua José Chagas Filho, 242, Jardim Panorama, Caruaru/PE, CEP: 55044-050, das 8h às 15h.

2. SECRETARIA DE SAÚDE: A periodicidade de entrega deve ser quinzenal ou de acordo com a necessidade das unidades, devendo ser entregues nos endereços abaixo:

<u>UNIDADE</u>	<u>ENDEREÇO</u>
<u>MATERNIDADE SANTA DULCE DOS POBRES</u>	<u>Rua Nove, s/n – Luiz Gonzaga (atrás do Hospital Mestre Vitalino)</u>
<u>HOSPITAL MANOEL AFONSO</u>	<u>Rua Quitéria Francisca Silva, 494 – Maria Auxiliadora</u>
<u>UPA VASSOURAL</u>	<u>Rua João Cordeiro, SN – Vassoural</u>
<u>UPA BOA VISTA</u>	<u>Rua Paraense, SN – Boa Vista</u>
<u>UPA SALGADO</u>	<u>Rua Rodopiano Florêncio, SN – Salgado</u>
<u>UPA RENDEIRAS</u>	<u>Rua Major João Coelho, SN – Rendeiras</u>
<u>SAMU</u>	<u>Rua Azeredo Coutinho, 430 – Petrópolis</u>
<u>CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL</u>	<u>Rua Rio Formoso, S/N – Boa Vista</u>
<u>RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I</u>	<u>Rua Victor Meireles, 111 – São Francisco</u>
<u>RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA II</u>	<u>Rua Belmiro Pereira, 206 - Maurício de Nassau</u>

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 0___/2024 – UC-P.

Pregão Eletrônico nº ___/2024 – UC-P.

Contrato nº ___/2024.

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA _____ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, o **MUNICÍPIO DE CARUARU** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, **por intermédio da SECRETARIA DE SAÚDE**, representada pelo Secretário, o sr. **George Veloso de Melo**, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na cidade de Caruaru/PE, inscrito no CPF nº 769.XXX.XXX-87 e a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, representada pela Secretária, a sra. **Hannah Miranda Moraes**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Caruaru-PE, inscrita no CPF sob o nº 079.XXX.XXX-06, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº ___, com sede _____, nesta ato representada por Sr. ___, (qualificação), no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2024 - UC-P** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento eventual de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: POLPAS E LATÍCÍNIOS**, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SDSDH e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC do Município de Caruaru, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

§ 1º - O objeto deverá ser entregue, **parceladamente**, pela(s) contratada(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas através de Ordem de Fornecimento, nos locais de entrega discriminados, por órgão entidade, conforme anexo I.

§ 2º - Os quantitativos indicados são estimativos podendo as secretárias executá-los no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela Secretaria demandante, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência do contrato será de _____ meses, contados a partir da _____.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL** de R\$ ____ (____). Destarte a CONTRATADA foi vencedora dos **ITENS** ____ do Processo Licitatório, devendo ater-se as especificações sintéticas, aos quantitativos e preços, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	VALOR TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	R\$ 34,02	1440	R\$ 49.988,80
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	R\$ 36,85	1200	R\$ 44.220,00

Distribuição dos itens por secretarias solicitantes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SMS	SDSDH	TOTAL
1	QUEIJO - tipo coalho, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	440	1000	1440
2	QUEIJO MUSSARELA - fatiado, características adicionais de primeira qualidade, consistência firme, embalado a vácuo/saco plástico atóxico. Apresentando selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), lote e validade. Apresentação:Kg.	UND	400	800	1200

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

§2º Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com o produto efetivamente entregue no mês anterior ao do pagamento;

§3º A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil, na Sede de cada órgão/entidade demandante, conforme o caso; SDSDH – Rua Armando da Fonte, 197, Maurício de Nassau – Caruaru/PE; SMS - Avenida Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru/PE;

§4º Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

§5º O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

§6º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§7º Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

§8º A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no §1º será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

§9º Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

§10º A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

§11º Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação para utilização de saldo remanescente do contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, à requerimento da contratada, apurado desde a data de apresentação da proposta.

§12º Em caso de prorrogação do prazo contratual sem a concessão do reajuste, a Contratada deverá expressar por escrito sua renúncia ao reajuste previsto no §1º.

§13º Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

§14º Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

§15º Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

4. CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Todos os valores financeiros a serem pagos, decorrentes do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Orçamentária		
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11001 -Secretaria de Educação e Esportes

12.306.1210.2.128 – Suporte as Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 101 – Recursos Próprios

Fonte de Recurso: 111 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

43 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; 34001-SDSDH; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SDSDH; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios; Despesa: 1639.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios; Despesa: 1703.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1790; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1789; 101 –Recursos Próprios; Despesa: 1788.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1810; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1811; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1809.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; Despesa: 1921; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Despesa: 1922; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1919; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social; Despesa: 1920.

- ❖ 43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; Despesa: 1876; 101- Recursos Próprios; Despesa: 1875.

5. CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DOS ITENS

5.1. Os serviços serão recebidos conforme a seguir:

- a) **Provisoriamente:** Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato;
- b) **Definitivamente:** Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

5.2. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

5.3. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, no horário de 08h às 13h, de acordo com a periodicidade determinada por cada secretaria, conforme ordem de fornecimento, em até **72 horas, contadas em dias úteis**, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento, a qual será emitida pelo Departamento responsável de cada demandante, por meio eletrônico, para atendimento aos locais indicados para entrega;

5.4. Os locais de entrega estão discriminados, por órgão entidade, conforme anexo II;

5.5. Fica a critério do(s) licitante(s) a realização antecipada da visita para prévio conhecimento dos locais de entrega;

5.6. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, transportados em veículos com temperatura controlada (entre 18°C e 25°C), bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

5.7. A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.8. Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

5.9. O produto não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;

5.10. Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo;

5.11. O produto não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Termo de Referência e no Edital;

5.12. O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor, textura e aspecto dentro do prazo de validade.

5.13. O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações no ato da entrega.

5.14. No caso de suspeita quanto às especificações técnicas e à qualidade microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos, a Secretaria/Entidade demandante poderá solicitar análise laboratorial do produto suspeito, sendo o ônus de responsabilidade do fornecedor, a fim de que seja verificado o padrão estabelecido no Termo de Referência e Edital;

5.15. Os produtos deverão obedecer às normas da Vigilância Sanitária para entrega de gêneros alimentícios a fim de garantir a integridade do produto até o destino final, de acordo com os quantitativos, a data de validade e o local de entrega informado previamente nas Ordens de Fornecimento;

5.16. Os produtos serão recebidos pelo Departamento de Alimentação/Nutrição de cada órgão/entidade participante, responsável pelo recebimento dos produtos provenientes de suas solicitações, assim como o acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços;

5.17. Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no item 3, e quantidade, de acordo com a ordem de fornecimento, com conseqüente aceitação, mediante atestado do setor responsável;

5.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.19. Não será admitida/recebida entrega parcial dos produtos solicitados por meio das Ordens de Fornecimento expedidas pela Contratante, devendo ser entregue o quantitativo total descrito no DANFE ou na nota fiscal eletrônica.

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE

6.1. As obrigações do CONTRATANTE são:

- a) Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATADA são:

- a) Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- b) Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- c) Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- d) Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- e) Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- f) Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;
- g) Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;
- h) Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;
- i) Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;

- j) Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;
- k) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- l) Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- m) Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;
- n) Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- o) Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- p) Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTATAÇÃO

- 8.1. Não será permitida a subcontratação do objeto deste contrato.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

9.5. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.6. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.7. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.11. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exige a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.12. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo

administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

9.13. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Art. 137 da Lei 14.133/2021, anexo a este edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Durante a vigência do Contrato, o controle da execução será acompanhado pelos seguintes servidores:

SECRETARIA DE SAÚDE	Gestor: Ana Patrícia Pontes de Araújo, Mat. 17946-1; Fiscal: Renata Regina da Silva Melo, Matrícula 17.988-3
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Gestor: Joaneska Libelle Sobral Pedrosa- Mat. 53.713-7 Fiscal: Sabrina Barbosa Andrade Manso - Mat. 52664-2.
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	Gestor: Lianna Theresa Interaminense Valença, Mat. 53.713-8 Fiscal: Ligivânia dos Santos, Mat. 53.001-0.

12.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

12.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,64 (três reais e sessenta e quatro centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

14.1. Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS TOLERÂNCIAS

16.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A documentação técnica referente à obra deverá ser entregue pela CONTRATADA na sede da Prefeitura de Município de Caruaru/PE.

18.2. O CONTRATADO poderá participar das reuniões sobre o andamento da obra, através de um único representante devidamente credenciado.

18.3. A permissividade de subcontratação de serviços acessórios dependerá da prévia autorização expressa do MUNICÍPIO.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

SECRETARIA DE SAÚDE
George Veloso de Melo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Hannah Miranda Morais

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

ANEXO I
LOCAIS DE ENTREGA

3. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS:

- A periodicidade das entregas se dará ante a demanda dos Equipamentos Sociais atendidos.
- As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, sito à Rua José Chagas Filho, 242, Jardim Panorama, Caruaru/PE, CEP: 55044-050, das 8h às 15h.

4. SECRETARIA DE SAÚDE: A periodicidade de entrega deve ser quinzenal ou de acordo com a necessidade das unidades, devendo ser entregues nos endereços abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
MATERNIDADE SANTA DULCE DOS POBRES	Rua Nove, s/n – Luiz Gonzaga (atrás do Hospital Mestre Vitalino)
HOSPITAL MANOEL AFONSO	Rua Quitéria Francisca Silva, 494 – Maria Auxiliadora
UPA VASSOURAL	Rua João Cordeiro, SN – Vassoural
UPA BOA VISTA	Rua Paraense, SN – Boa Vista
UPA SALGADO	Rua Rodopiano Florêncio, SN – Salgado
UPA RENDEIRAS	Rua Major João Coelho, SN – Rendeiras
SAMU	Rua Azeredo Coutinho, 430 – Petrópolis



CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	Rua Rio Formoso, S/N – Boa Vista
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I	Rua Victor Meireles, 111 – São Francisco
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA II	Rua Belmiro Pereira, 206 - Maurício de Nassau